DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2023

DESENVOLVE SP
A AGÊNCIA DO EMPREENDEDOR

SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO
SÃO PAULO SÃO TODOS
Secretaria de Desenvolvimento Econômico

SUMÁRIO

1. Apresentação 5

2. Desenvolve SP 6

3. Planejamento Estratégico 8
3.1. Diretrizes Institucionais 8
3.2. Plano De Negócios Da Desenvolve SP 2023 9
3.3. Aprovação Do Planejamento Estratégico 2024-2030 10
3.4. Público-Alvo 10
3.5. Plano De Reestruturação 11

4. Governança Corporativa 11
4.1. Avaliação Dos Administradores 13
4.2. Controles Internos, Compliance E Gestão De Riscos 15
4.3. Lei Geral De Proteção De Dados 15
4.4. Responsabilidade Social, Ambiental E Climática 16

5. Atuação 17
5.1. Linhas De Financiamento E Fundos 17
5.2. Parcerias Com Órgãos Estaduais 21
5.3. Publicidade E Apoio A Eventos 22
5.4. Gestão De Pessoas E Ações Sociais 24

6. Desempenho 24
6.1. Operacional 24
6.2. Financeiro 28
6.3. Plano De Metas Institucionais 2023 30

7. Resumo Das Principais Ações De 2023 31

8. Conclusão 34

Balanço Patrimonial 37
Demonstração de Resultado 39
Demonstração de Resultado Abrangente 40
Demonstração dos Fluxos de Caixa - Método Indireto 41
Demonstrações das Mutações de Patrimônio Líquido 42

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras 43
1. Contexto Operacional 45
2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras 46
3. Principais práticas contábeis 47
4. Caixa e equivalentes de caixa 52
5. Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos 53
6. Operações de crédito 56
7. Outros ativos 60
8. Imobilizado e intangível 61
9. Depósitos e demais instrumentos financeiros 62
10. Obrigações fiscais correntes e diferidas 64
11. Outros Passivos 64
12. Patrimônio líquido 66
13. Desdobramento das contas de resultado 68
14. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido 72
15. Transações com partes relacionadas 74
16. Contingências 77
17. Segmentação do Sistema Financeiro Nacional (SFN) 78
18. Declaração de Apetite por Riscos (RAS) 78
19. Integração entre os riscos 78
20. Estrutura de gerenciamento de riscos e de capital 79
21. Políticas de gerenciamento de riscos e de capital 79
22. Política de Divulgação de Informações do Relatório de Pilar 3 82
23. Relatório de Riscos e Oportunidades Sociais, Ambientais e Climáticas (GRSAC) 82
24. Programa de testes de estresse 83
25. Relatórios 83
26. Limites Operacionais 83
27. Análise de sensibilidade 85
28. Outras informações 86
29. Plano de implementação da Resolução CMN nº 4.966/21 87
30. Eventos Subsequentes 88

Relatório do Comitê de Auditoria 91
1. Introdução 93
2. Avaliação de Efetividade dos Sistemas de Controles Internos 93
3. Avaliação de Efetividade das Auditorias Independente e Auditoria Interna 95
4. Avaliação de Qualidade das Demonstrações Financeiras 96
5. Conclusões 97

Relatório do Auditor Independente 99

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

1. APRESENTAÇÃO

Este é o 15º Relatório Anual da Administração da Desenvolve SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A. (“Desenvolve SP” ou “Instituição”), que apresenta o cumprimento das diretrizes da organização no exercício de 2023.

A edição de 2023 destaca a reestruturação interna da instituição e a retomada do foco no financiamento de projetos de alto impacto, após atuação anticíclica durante o período da pandemia.

2. DESENVOLVE SP

A Desenvolve SP é a Agência de Fomento do Estado de São Paulo criada pela Lei Estadual nº 10.853, de 16 de julho de 2001, e regulamentada pelo Decreto Estadual nº 52.142 de 6 de setembro de 2007. Constituída como pessoa jurídica de direito privado e de capital fechado, é uma Instituição pública não dependente do Tesouro, e autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen).

Com sede no município de São Paulo e capital integralizado de R$ 3,2 bilhões, a Instituição iniciou suas atividades em 2009 fazendo parte da administração indireta do Estado de São Paulo e a partir de 1º de janeiro de 2023, passou a ser vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE) do Estado de São Paulo.

Constitui seu objeto social a promoção do desenvolvimento econômico do estado de São Paulo, podendo, para tanto, conceber e implantar ações de fomento sob as diferentes modalidades a que alude a Resolução nº 2.828/2001, do Conselho Monetário Nacional (CMN), que dispõe sobre a constituição e o funcionamento de agências de fomento.

Cabe à Desenvolve SP fomentar projetos de ampliação da competitividade dos agentes econômicos do estado, com atenção às iniciativas de inovação e desenvolvimento tecnológico, em linha com o seu Planejamento Estratégico e as diretrizes e políticas definidas pelo Governo Estadual.

Sua atividade-fim é o financiamento de projetos de investimentos de longo prazo, de capital fixo e de giro associados a projetos produtivos. Além das linhas de financiamento, também é objeto da Desenvolve SP a prestação de serviços de consultoria e de agente financeiro, assim como serviços de administração dos Fundos Especiais de Financiamento e Investimento do Estado de São Paulo.

Em 2023, tomou posse a nova diretoria da Desenvolve SP:

- Ricardo Dias de Oliveira Brito
  Diretor Presidente
- Karen Kemely Mussi Mhereb
  Diretora Financeira e de Crédito
- Gustavo José Melo Santos
  Diretor de Negócios e Fomento
- Flavio Duarte de Oliveira
  Diretor Administrativo

FICHA TÉCNICA

03/2009
Início das atividades

R$ 3.156 mi
Capital Social (12/2023)

R$ 1.012 mi
Desembolso (2023)

R$ 3.404 mi
Patrimônio Líquido (12/2023)

R$ 4.774 mi
Ativos Totais (12/2023)

R$ 3.195 mi
Patrimônio Fundos Administrados (12/2023)

149
Colaboradores (12/2023)

1.609
Empresas atendidas (2023)

84
Prefeituras atendidas (2023)

3. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

O Planejamento Estratégico para o período de 2023 a 2030 teve como pilares de atuação a Governança, a Sustentabilidade e a Inovação, alinhados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU) e as Práticas Ambientais, Sociais e de Governança (Princípios ESG).

MISSÃO

Promover o desenvolvimento sustentável da economia paulista por meio de soluções financeiras rentáveis que gerem valor.

VISÃO

Ser reconhecida como Instituição financeira de referência das micro, pequenas, médias empresas e prefeituras, atuando como propulsora do desenvolvimento dos municípios paulistas.

VALORES

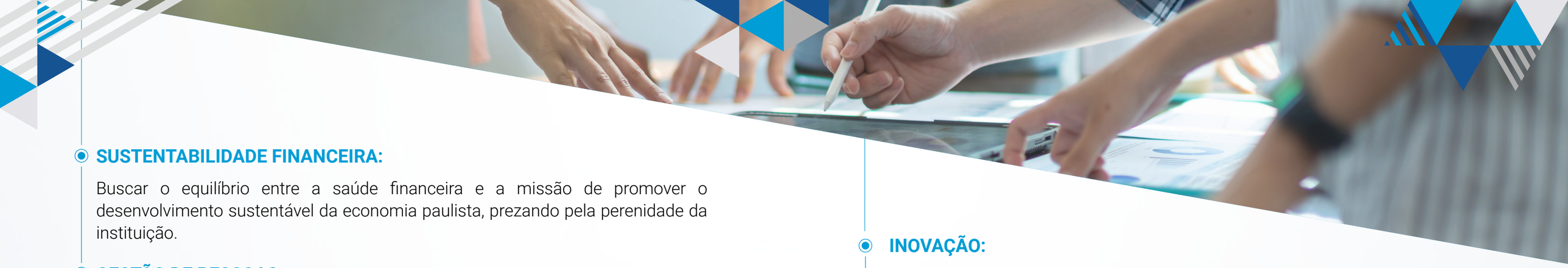
- Trabalhamos com ética, transparência e profissionalismo, preservando a equidade de tratamento e as boas práticas de governança;
- Prezamos pela responsabilidade socioambiental;
- Buscamos eficiência em todos os negócios;
- Prezamos pelo bem-estar e aperfeiçoamento profissional;
- Temos orgulho de fazer parte desse time!

3.1. DIRETRIZES INSTITUCIONAIS

Como linha de conduta para os caminhos que levam até os objetivos da organização, as diretrizes institucionais foram:

RELAÇÃO COM O GOVERNO DO ESTADO:

Atuar de forma proativa com o acionista, constituindo-se em um instrumento de apoio às políticas públicas, em programas e projetos para o desenvolvimento sustentável e para os diversos setores da economia e realizando a gestão dos Fundos Especiais de Financiamento e investimento.



SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA:

Buscar o equilíbrio entre a saúde financeira e a missão de promover o desenvolvimento sustentável da economia paulista, prezando pela perenidade da instituição.

GESTÃO DE PESSOAS:

Promover a valorização e o desenvolvimento do capital humano, o principal ativo de uma instituição.

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI):

Aprimorar e atualizar a infraestrutura, os sistemas e a segurança cibernética, promovendo a digitalização, eficiência e minimização de riscos operacionais, considerando o papel estratégico de TI em uma instituição financeira.

3.2. PLANO DE NEGÓCIOS DA DESENVOLVE SP 2023

Alinhado ao Planejamento Estratégico, o Plano de Negócios foi fundamentado no diagnóstico da instituição e no seu papel de Agência de Fomento, apoiado em seus três pilares de atuação: Governança, Sustentabilidade e Inovação.

GOVERNANÇA:

Estruturar a instituição de forma a atender legalmente e tecnicamente todas as linhas de atuação, agir de forma proativa com o seu acionista e crescer de forma sustentável, além de crescer e ampliar a competitividade da instituição, otimizando e sistematizando os processos, por meio de implantações de novos métodos de gestão da experiência do cliente.

SUSTENTABILIDADE:

Apoiar empresas e prefeituras paulistas, financiando projetos de Investimento e Infraestrutura que gerem redução do impacto social, ambiental e climático e políticas públicas que proporcionem desenvolvimento econômico regional, acesso ao crédito, melhoria na qualidade de vida, transição para uma economia de baixo carbono, redução da desigualdade e geração de emprego e renda.

INOVAÇÃO:

Incrementar os investimentos em inovação nas Micro, Pequenas e Médias empresas (MPMEs) e Prefeituras, a fim de aumentar a competitividade e melhorar a gestão desse público, por meio de aquisição de novas tecnologias que viabilizem a modernização dos processos produtivos, bem como de bens e serviços produzidos.

3.3. APROVAÇÃO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2024-2030

Em dezembro de 2023 o Conselho de Administração aprovou o Planejamento Estratégico para o período de 2024 a 2030, cujas diretrizes estão alinhadas com as da SDE.

O Planejamento Estratégico vigente está disponível no site da Instituição:

Planejamento Estratégico

3.4. PÚBLICO-ALVO

Considerando o seu papel de ser parceiro estratégico e financeiro do Estado na execução de políticas públicas, e espelhado em sua visão, o público-alvo da Desenvolve SP são as MPMEs e as prefeituras do Estado de SP.

Outros segmentos também são atendidos considerando a oportunidade e o interesse público dos projetos envolvidos.

Além das linhas de financiamento, também é objeto da Desenvolve SP a prestação de serviços de consultoria e de agente financeiro, assim como serviços de administração dos Fundos Especiais de Financiamento e Investimento do Estado de São Paulo, tendo como público-alvo as Secretarias de Governo do Estado.

3.5. PLANO DE REESTRUTURAÇÃO

A Desenvolve SP realizou a contratação de consultoria especializada com o objetivo de diagnosticar os principais desafios e identificar as prioridades para reestruturar a instituição, melhorando a performance na concessão de crédito e na administração de fundos.

A consultoria atuou com o objetivo de apoiar a execução do Plano de Negócios 2023, com foco na experiência do cliente e na evolução digital e segurança cibernética.

Como resultado desse trabalho, foi definida uma lista de ações estratégicas, as quais foram posteriormente agrupadas em macroprojetos e estão sendo acompanhadas rotineiramente pela gestão.

4. GOVERNANÇA CORPORATIVA

A Desenvolve SP mantém uma estrutura de Governança Corporativa que garante transparência, equidade e responsabilidade corporativa em suas operações, promovendo uma prestação de contas eficaz à sociedade. Em 2023, aprimorou sua estrutura com a criação do Comitê Sustentabilidade e do Comitê de Gestão do Relacionamento com o Cliente, além da reformulação do Comitê de Investimentos, fortalecendo o processo de tomada e descentralização das decisões.

A instituição adere às boas práticas de governança corporativa, valendo-se de diversos instrumentos, tais como Estatuto Social, Políticas Internas, Manuais de Normas e Procedimentos, páginas dedicadas à transparência e governança, além da intranet. Todos esses instrumentos de governança desempenham um papel essencial no processo decisório dos agentes de governança e nas atividades de todos os colaboradores.

Seguem destaques relacionados à Governança Corporativa no exercício de 2023:

CRIAÇÃO DA DIRETORIA DE RISCOS E OPERAÇÕES

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de novembro de 2023, os acionistas da Desenvolve SP aprovaram importantes mudanças na estrutura organizacional da instituição. Entre as decisões tomadas, destaca-se a criação da Diretoria de Controle de Riscos e Operações, já aprovada pelo Bacen.

A criação da Diretoria de Controle de Riscos e Operações representa um passo significativo, concedendo maior autonomia e independência às áreas encarregadas de controles internos, gerenciamento de riscos e compliance da instituição. Essa iniciativa alinha-se com o avanço das boas práticas de governança corporativa e acompanha as evoluções normativas, especialmente aquelas estabelecidas por aquela autoridade monetária.

COMITÊ DE INVESTIMENTOS

Subordinado à Presidência e com coordenação exercida pelo Superintendente Financeiro, o Comitê de Investimentos passou por uma reestruturação em 2023, onde foram incluídas novas atribuições e participações.

É um órgão colegiado que toma decisões acerca dos investimentos por meio de participações societárias ou aquisição de debêntures e de créditos, direta ou indiretamente, inclusive por meio de fundos de investimento, conforme definição da Política de Investimentos da Instituição.

Sua composição contempla todos os Diretores e sete Superintendentes das seguintes áreas: financeira, crédito, contábil, controle de riscos e compliance, fundos de desenvolvimento, negócios e sustentabilidade. Somente os Diretores possuem direito a voto. Os Superintendentes e seus suplentes, quando for o caso, participam do Comitê em caráter consultivo.

COMITÊ DE GESTÃO DO RELACIONAMENTO COM O CLIENTE

Ligado à Diretoria de Negócios e Fomento, o Comitê de Gestão do Relacionamento com o Cliente tem o objetivo de melhorar, de forma contínua, a experiência e o relacionamento do cliente com a Desenvolve SP. Atua como fortalecedor da relação cliente-instituição, promovendo a troca de experiências e debates entre as unidades da instituição, desenvolvendo estratégias e disseminando práticas de gestão de experiência e relacionamento com o cliente, além de auxiliar no desenvolvimento de novos produtos.

É composto por representantes das seguintes áreas: negócios, comunicação, tecnologia, fundos de desenvolvimento e garantidores, produtos e ouvidoria.

COMITÊ DE SUSTENTABILIDADE

O Comitê de Sustentabilidade, ligado à Diretoria Colegiada, é um órgão colegiado que visa oferecer subsídios para a tomada de decisão da Diretoria Colegiada acerca das temáticas relacionadas à sustentabilidade e à responsabilidade social, ambiental e climática, bem como acompanhar o monitoramento da Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC) e das ações que dela emanam, devendo atuar em conformidade com a legislação aplicável, as boas práticas de governança e os compromissos assumidos pela Desenvolve SP. Atua como Comitê Gestor do Programa Socioambiental da Desenvolve SP, bem como Comitê de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática.

É composto por colaboradores da Desenvolve SP, sendo no mínimo três e no máximo cinco membros titulares e respectivos suplentes, das áreas de sustentabilidade e impacto, comunicação, controle de riscos e compliance, gestão de pessoas, patrimônio e planejamento.

IMPLANTAÇÃO DO SEI

Em 2023, a Desenvolve SP passou a utilizar o Sistema Eletrônico de Informações (SEI/SP), uma ferramenta de gestão de documentos e processos eletrônicos com interface amigável e práticas inovadoras de trabalho.

O SEI foi instituído pelo Decreto 67.641, de 10 de abril de 2023, e tem o objetivo de aprimorar a gestão documental e a tramitação de processos administrativos eletrônicos. Concretamente, o SEI! é uma plataforma digital que elimina totalmente o trâmite de documentos e dossiês em papel entre unidades da Desenvolve SP e os órgãos e entidades do Estado.

4.1. AVALIAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

Conforme previsto no Estatuto Social, o Conselho de Administração é responsável pela avaliação dos diretores da Instituição, nos termos do Inciso III, do Artigo 13, da Lei Federal nº 13.303, de 30 de junho de 2016.

Em cumprimento à Deliberação Codec 04/2019, emitida pelo Conselho de Defesa dos Capitais do Estado de São Paulo (Codec), foi realizada a Avaliação de Desempenho dos Administradores da Desenvolve SP, com a participação de 12 membros, sendo nove do Conselho de Administração, incluindo o Diretor Presidente, e três da Diretoria, mediante o preenchimento de formulários específicos.

Foram realizadas avaliações dos colegiados (Diretoria e Conselho de Administração), de forma coletiva, e de seus membros, de forma individualizada (autoavaliação).

A avaliação abarcou as seguintes dimensões:

I - Exposição dos atos de gestão praticados com relação à licitude e à eficácia da ação administrativa;
II - Contribuição para o resultado do exercício;
III - Consecução dos objetivos estabelecidos no Plano de Negócios e no atendimento à Estratégia de Longo Prazo;
IV - Funcionamento do Conselho de Administração;
V - Conhecimento técnico e da Instituição;
VI - Interação da Diretoria com o Conselho de Administração; e
VII - Autoavaliação individual.

O processo foi submetido ao Comitê de Elegibilidade, que avalia a sua conformidade.

4.2. CONTROLES INTERNOS, COMPLIANCE E GESTÃO DE RISCOS

A Superintendência de Controle de Riscos, Compliance e Normas (Suric) é responsável pelo gerenciamento de capital e dos riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, social, ambiental e climático, além de ser responsável pelas normas e pelos controles internos da Instituição.

As políticas de gestão de riscos e de capital são aprovadas e revisadas anualmente pela Diretoria Colegiada e pelo Conselho de Administração. Essas políticas instituem diretrizes, metodologias, limites e responsabilidades no âmbito do gerenciamento de riscos, com acompanhamento sistemático de seu cumprimento pela alta administração. As revisões anuais são resultantes do aprimoramento requerido pela aplicação dos controles nos processos existentes.

Vale destacar o trabalho desenvolvido para o controle dos planos de ação, resultantes do mapeamento de riscos das atividades da Instituição, dos apontamentos das Auditorias Interna e Externa e das ações demandadas pela regulamentação aplicável, além do acompanhamento sistemático do cumprimento das normas expedidas pelos órgãos reguladores, com o conhecimento das ações executadas para o atendimento aos prazos estabelecidos.

No âmbito de Basileia III, a Desenvolve SP encontra-se devidamente enquadrada nos limites operacionais estabelecidos pela regulamentação vigente.

4.3. LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS

Em 2023, a Desenvolve SP deu andamento ao trabalho de promoção das adequações necessárias em relação aos requisitos da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), destacando-se a contratação de empresa especializada em privacidade de dados, com o objetivo de auxiliar nas atribuições do Encarregado. A Política de Proteção de Dados Pessoais e Privacidade está disponível no site da Instituição.

LGPD

4.4. RESPONSABILIDADE SOCIAL, AMBIENTAL E CLIMÁTICA

Mantendo seu compromisso com uma abordagem integrada das dimensões econômica, social, ambiental e climática, em 2023, a Desenvolve SP dedicou-se a fortalecer o alinhamento à agenda global de desenvolvimento sustentável, estabelecendo ações estratégicas que visam contribuir para a transformação do Estado de São Paulo e acelerar os impactos positivos em direção às metas dos ODS, definidos pela ONU.

Dentre as principais ações, destacam-se:

- Entrega da calculadora de emissões evitadas de gases de efeito estufa (GEE), que permite o cálculo e avaliação do impacto climático dos projetos financiados pela Desenvolve SP, confeccionada em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID);
- Elaboração do Inventário de Emissões de Gases de Efeito Estufa da corporação;
- Elaboração e divulgação do Relatório de Sustentabilidade 2022, segundo as novas diretrizes e recomendações das normas da organização internacional Global Reporting Initiative (GRI);
- Renovação da adesão à Rede Brasil do Pacto Global, iniciativa da ONU para engajar empresas e organizações na adoção e promoção dos Dez Princípios universais nas áreas de direitos humanos, trabalho, meio ambiente e combate à corrupção. Com a renovação da adesão, a Desenvolve SP mantém o compromisso de reportar anualmente sua atuação e progresso em relação aos Dez Princípios;
- Assinatura de Compromisso junto ao Pacto Global da ONU, mais especificamente ao Movimento Conexão Circular, em que a instituição se propôs a zerar sua destinação de resíduos para aterro, até 2030;
- Desenvolvimento de metodologias e aprimoramento de ferramentas e sistemas internos, que visam identificar e avaliar, bem como mensurar e monitorar os impactos gerados pelos projetos e programas financiados, alinhados às metas dos ODS;

- Desenvolvimento da Matriz de Materialidade da instituição;
- Criação do Comitê de Sustentabilidade, ligado diretamente à Diretoria Colegiada;
- Desenvolvimento do Plano de Ação e Monitoramento da PRSAC, bem como suas métricas, indicadores e acompanhamentos.

5. ATUAÇÃO

5.1. LINHAS DE FINANCIAMENTO E FUNDOS

SETOR PRIVADO

Com o objetivo de atender às demandas setoriais e ampliar as possibilidades de financiamento para as MPME's paulistas, ao longo de 2023, foram incluídas no portfólio de produtos as seguintes linhas:

- **Linha Desenvolve Mulher;**
- **Linha Desenvolve Mulher Sustentável;**
- **BNDES Exim Pré-Embarque;**
- **Linha Crédito Digital Giro Exportação;**
- **Linha Giro Exportação;**
- **Linha Agroindústria Investimento;**
- **Linha Inovacred Conecta Automático;**
- **Fungetur.**

As Linhas Desenvolve Mulher e Desenvolve Mulher Sustentável, criadas em 2023, vieram com o objetivo de conceder condições especiais de crédito para empresas que tenham mulheres à frente de sua administração ou que possuam a maioria das cotas acionárias da empresa. As linhas foram lançadas como parte das comemorações do Dia Internacional da Mulher, e previstas inicialmente para ficarem disponíveis até 30/06/2023, mas devido ao interesse, foram prorrogadas e continuam vigentes.

A fim de apoiar empresas exportadoras, em 2023, foram disponibilizadas pela Desenvolve SP as seguintes linhas com recursos próprios: Linha Crédito Digital – Giro Exportação destinada a empresas com faturamento entre R$ 81 mil e R$ 4,8 milhões, e a Linha Giro Exportação, que visa o financiamento de capital de giro para as empresas exportadoras com faturamento entre R$ 4,8 milhões e até R$ 90 milhões. Além disso, foi disponibilizada também a Linha BNDES Exim Pré-Embarque, com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

A Desenvolve SP criou ainda a Linha Agroindústria Investimento. A linha visa conceder condições especiais de crédito para a aquisição de máquinas e equipamentos à Agroindústria do Estado de São Paulo. A linha não atende operações que se configurem como crédito rural.

Adicionalmente, foram reincluídas no portfólio a Linha Inovacred Conecta Automático, reaberta pela Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), com custo TR, e as linhas Fungetur, devido ao recebimento de cerca de R$ 23,6 milhões do Fundo para novas operações.

SETOR PÚBLICO

A Instituição ofereceu ainda quatro linhas de financiamento voltadas ao setor público, que visaram incentivar o crescimento dos municípios e contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população paulista. Estas linhas ofereceram taxas de juros competitivas e prazos longos, para apoiar a administração municipal na realização dos investimentos necessários à infraestrutura do município, sem comprometer a saúde financeira do município.

FUNDOS GARANTIDORES

A Instituição opera com quatro fundos garantidores: FGI, FGI CL, FGI PEAC e FDA.

Com o objetivo de fornecer garantias para operações de eficiência energética, a Desenvolve SP implementou, no final de 2022, o Fundo de Aval para Desenvolvimento de Eficiência Energética (FAEE), com patrimônio de EUR 8 milhões. A iniciativa faz parte do Programa PotencializEE, coordenado pela Agência Alemã de Cooperação Internacional (GiZ). Os recursos são provenientes de subvenção do Governo Alemão e da União Europeia, através do Fundo Nama Facility. Ao longo dos três anos do projeto, deverão ser originados para a Desenvolve SP mais de R$ 400 milhões em operações de crédito.

FUNDOS DE DESENVOLVIMENTO

De acordo com o disposto na Lei Estadual nº 10.853, de 16 de julho de 2001, e na Resolução Conjunta das Secretarias de Desenvolvimento, de Economia e Planejamento e da Fazenda nº1, de 03 de agosto de 2010, a Desenvolve SP é responsável pela administração dos Fundos de Desenvolvimento do Governo do Estado de São Paulo, isto é, pelos fundos especiais de financiamento e investimento cujos recursos são destinados a programas e projetos, de acordo com as políticas públicas definidas pelo Estado de São Paulo.

Ao final de 2023, o patrimônio dos fundos alcançou o volume de R$ 3,2 bilhões, distribuídos na gestão de 2 Fundos Garantidores e de 11 Fundos Estaduais de Desenvolvimento:

- **Banco do Povo Paulista (BPP);**
- **Fundo Estadual de Recursos Hídricos (Fehidro);**
- **Fundo Estadual de Apoio a Contribuintes do Estado de São Paulo (Funac);**
- **Fundo de Expansão do Agronegócio Paulista (Feap);**
- **Fundo Paulista de Habitação de Interesse Social (FPHIS);**
- **Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social do Vale do Ribeira (Fundesvar);**
- **Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social do Pontal do Paranapanema (Fundespar);**
- **Fundo de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte (Fundovale);**
- **Fundo Estadual de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Funcet);**
- **Fundo Estadual para Prevenção e Remediação de Áreas Contaminadas (Feprac);**
- **Fundo de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Campinas (Fundocamp);**
- **Fundo de Aval (FDA);**
- **Fundo Garantidor Habitacional (FGH).**

Em 2023, estavam em negociação, junto às Secretarias de Estado, as internalizações dos seguintes Fundos à Desenvolve SP, previstos para ocorrer nos próximos anos:

- **Fundo Metropolitano de Financiamento e Investimento (Fumefi);**
- **Fundo de Desenvolvimento Metropolitano da Baixada Santista (FDMBS);**
- **Fundo Estadual de Prevenção e Controle da Poluição (Fecop);**
- **Fundo de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Sorocaba (FRMS);**
- **Fundo de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Jundiaí (FRMJ) - criação já autorizada por lei;**
- **Fundo de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Piracicaba (FRMP) - criação já autorizada por lei; e**
- **Fundo de Desenvolvimento da Região Metropolitana de São José do Rio Preto (FSJRP) - criação já autorizada por lei.**

A gestão da carteira do Banco do Povo Paulista é um dos focos da Desenvolve SP. Desde sua transferência, em 2018, o Fundo Banco do Povo Paulista desembolsou R$ 1,76 bilhão, por meio de 164 mil contratos, beneficiando 513 municípios. Em 2023, alcançou o montante de desembolso de R$ 234 milhões, beneficiando 14,7 mil microempreendedores. O objetivo em apoiar o microcrédito é o de promover o desenvolvimento da sociedade. Direcionado a um público que tem maior dificuldade de acesso ao crédito, o microcrédito cria oportunidades para quem pretende melhorar a sua condição social por meio do empreendedorismo.

5.2. PARCERIAS COM ÓRGÃOS ESTADUAIS

Assinatura de Convênio entre a Defesa Civil do Estado com a Desenvolve SP

Em janeiro, foi assinado o convênio entre a Secretaria Estadual de Proteção e Defesa Civil e a Desenvolve SP. O convênio contemplou a liberação de linha de crédito para atender às demandas voltadas à atuação da Defesa Civil dos Municípios. A linha foi disponibilizada para obras de recuperação ou prevenção a riscos, estudos e projetos, todos com foco na resiliência da infraestrutura da cidade. Os municípios contaram com recurso da linha Municípios Sustentáveis, que foi ampliada para atender os projetos necessários para a segurança das cidades frente às chuvas, com condições competitivas e facilitadas.

Chuvas no Litoral Paulista

Em fevereiro, as chuvas intensas que atingiram municípios do Litoral Paulista no Carnaval exigiram ações coordenadas e proatividade de toda a administração estadual. Ofertando crédito com taxas especiais, incluindo juro zero para municípios atingidos pelos temporais, a Desenvolve SP destinou R$ 100 milhões ao Turismo em todo o Estado, beneficiando empreendedores dos setores hoteleiro e de serviços que tiveram seus negócios impactados pelas chuvas.

Desenvolve SP e Secretaria de Turismo assinaram protocolo para alavancar o setor no Estado

Em junho, foi assinado protocolo de intenções para promover o crescimento sustentável de negócios voltados à infraestrutura de destinos turísticos do estado. A parceria prevê estratégias que auxiliem empresas e prefeituras no acesso às informações para operações de crédito e financiamento. Entre as ações previstas, destaca-se o cronograma de eventos para orientar, sensibilizar e ampliar a interação com os investidores públicos e privados, colocando à disposição linhas de crédito da Desenvolve SP sob medida para cada modelo de negócio.

Desenvolve SP e Secretaria de Gestão e Governo Digital promoveram parceria

A Desenvolve SP promoveu parceria com a Secretaria de Gestão e Governo Digital do Estado para promover a transformação digital e tecnológica, visando aperfeiçoar o sistema de gestão e fornecimento dos serviços dentro de uma base tecnológica moderna.

5.3. PUBLICIDADE E APOIO A EVENTOS

As ações externas realizadas pela Desenvolve SP, destinadas ao Setor Público e Privado, foram acompanhadas pela equipe de Comunicação e Assessoria de Imprensa, que trabalhou conteúdos relativos a tais demandas junto aos principais veículos formadores de opinião. Além disso, atuou para dar visibilidade à capilaridade das atividades da Desenvolve SP, uma das mensagens-chave mais relevantes da empresa, e ao seu compromisso com os ODS no debate pela sustentabilidade.

Desenvolve SP oferta R$ 2 bilhões em crédito durante Congresso Estadual de Municípios (CEM)

O 65º CEM foi realizado entre os dias 09 e 11 de maio no Município de Ribeirão Preto. O evento foi voltado para gestores públicos, destinado à discussão de assuntos relevantes aos Município Paulistas. Nesse evento, o Governo de São Paulo disponibilizou, por meio da Desenvolve SP, R$ 2 bilhões em linhas de crédito para desenvolvimento de projetos de prefeituras e autarquias municipais de todo o estado.

Desenvolve SP participou da Agrishow

A participação da Desenvolve SP na Agrishow, a maior feira agrícola da América Latina, realizada em Ribeirão Preto, expandiu o reconhecimento da agência como facilitadora de crédito em todo o estado. Durante o Congresso Estadual de Municípios, realizado no início de maio, a Desenvolve SP teve a oportunidade de apresentar a mais de uma centena de prefeitos as linhas direcionadas a investimentos em municípios. As rodadas de crédito em diferentes regiões do estado contam com a divulgação em massa por meio das redes sociais locais, que compartilham o conteúdo da Desenvolve SP.

Consórcio de Integração Sul e Sudeste (Cosud) São Paulo

Realizado entre os dias 19 e 21 de outubro, o evento contou pela primeira vez com um grupo de trabalho específico para agências de fomento/bancos de desenvolvimento. Temas de grande relevância como revisão do arcabouço regulatório, microcrédito produtivo e crédito aos municípios foram tratados pelas agências de fomento dos estados que integram as regiões Sul e Sudeste.

E-mail Marketing

Ações de e-mail marketing geraram mais de 59 mil acessos ao site da Desenvolve SP, com uma taxa de conversão ao ambiente de solicitações online de 61%. Foi uma forma eficiente e de baixo custo de reforçar a imagem da agência de fomento e divulgar seus produtos para o público que já teve contato com a empresa.

Atualização do site

Em novembro de 2023 uma nova atualização do site teve como principal objetivo simplificar o acesso do cliente à tomada de crédito. Com ajustes na página principal do site e no simulador, o número de cliques necessário para ir de uma simulação completa até a contratação foi minimizado, melhorando o processo de contratação de crédito.

Redes Sociais

Para aproximar a Desenvolve SP do seu público, a linguagem adotada pela instituição nas redes sociais foi modernizada. A mudança dialogou com uma realidade mais dinâmica e moderna. No entanto, preservou-se o papel de comunicar o trabalho da Desenvolve SP e o compromisso da instituição financeira de fomentar o desenvolvimento econômico e gerar renda e emprego no estado de São Paulo. Nas postagens, conteúdos de interesse da instituição foram mesclados às novas tendências digitais, gerando uma percepção mais atual para a marca da agência de fomento.

Essas ações geraram 5.438 citações em matérias de imprensa no ano (mais de 99% com menções positivas), aumento de mais de 40% em relação ao ano anterior; nas redes sociais, crescimento de 85% no número de visitas ao Facebook e 48% no Instagram.

5.4. GESTÃO DE PESSOAS E AÇÕES SOCIAIS

A Instituição realizou uma série de ações no ano visando a valorização de seus colaboradores:

- Investimento de aproximadamente R$ 67 mil em bolsas de estudos para incentivo ao desenvolvimento acadêmico dos colaboradores e R$ 325 mil em treinamentos;
- Melhoria do Plano de Saúde;
- Contratação de serviço de assinatura que fornece acesso a academias para empregados, retorno da Ginástica Laboral, Massagem, Auriculoterapia e do treino de Corrida/Caminhada Presencial;
- Campanha de vacinação contra gripe, com imunização de colaboradores e familiares;
- Celebração do Dia das Crianças com a participação dos filhos de colaboradores;
- Participação na Campanha do Agasalho promovida pelo Fundo Social de São Paulo.

6. DESEMPENHO

6.1. OPERACIONAL

DESEMBOLSOS E SALDO DE CARTEIRA

Em 2023, os desembolsos somaram R$ 1.012 milhões, 37,5% acima de 2022, sendo 84,4% liberados com recursos próprios e 15,6% com recursos de terceiros, atendendo 1.609 empresas, localizadas em 256 municípios, e 84 prefeituras.

Impulsionado pelo alto desempenho nos desembolsos ao setor público, os projetos de investimento representaram 69,5% do valor desembolsado, elevação de 182% em relação ao ano anterior. Capital de giro representou 27,3%, e máquinas e equipamentos, 3,2%. Cabe destacar o aumento de desembolsos considerados de “alto impacto” (excluídos os créditos para Capital de Giro e Recapeamento), que totalizaram R$ 535,8 milhões, crescimento de 139,3% em relação a 2022.

Para o setor público, foram desembolsados R$ 542,2, que representaram 53,6% do total desembolsado. Já para o setor privado, o setor de serviços representou 20,1% das liberações efetuadas no ano, seguido pelo setor industrial com 14,3%, comércio com 10,8%, construção com 1,0% e os setores de agricultura, pecuária e pesca com 0,2%.

Os financiamentos para o setor público contemplaram projetos de infraestrutura, aquisição de equipamentos e projetos sustentáveis que proporcionaram impacto ambiental positivo, contribuindo para a redução na emissão de gás carbônico. O volume recorde de financiamento para o setor foi alcançado por meio de aprimoramentos do processo:

- Flexibilização das regras do fluxo de desembolso;
- Adiantamento de até 30% do valor da licitação de todos os projetos aprovados na câmara e já licitados;
- Extinção da cobrança das tarifas intermediárias; e
- Alteração da ordem das vistorias para liberação.

Em 2023, os desembolsos para inovação somaram R$ 78,4 milhões, sendo 49,9% para microempresas e empresas de pequeno porte, em consonância com a Lei Estadual nº 15.099, de 25 de julho de 2013, que dispõe sobre programas específicos de inovação tecnológica para empresas paulistas desse porte.

O saldo da carteira de crédito encerrou o ano com a marca de R$ 2,4 bilhões, crescimento de 9,3% em relação a 2022. Em dezembro de 2023, o setor privado representava 67,6% da carteira, enquanto o Setor Público representava 32,4%.

Desembolso Total (2023)

+37,5%
Variação

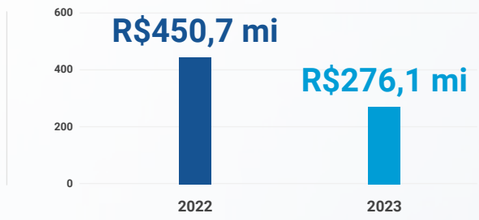
Desembolso Setor Público

+286,5%
Variação

Desembolso Setor Privado (Investimentos)

+39,2%
Variação

Desembolso Setor Privado (Capital de Giro)



-38,7%
Variação

Saldo de Carteira

+9,3%
Variação

COBRANÇA

As medidas adotadas para a cobrança e recuperação de crédito durante o ano de 2023 contaram com a utilização de novas ferramentas, aliada à implementação de medidas e sanções conforme a régua de cobrança aprovada pelos órgãos colegiados.

As abordagens, tanto na esfera judicial quanto extrajudicial, permaneceram proativas, visando a maximização da recuperação dos créditos já concedidos. A atuação dos três escritórios de advocacia existentes resultou no ingresso de mais de 10 mil ações judiciais, fortalecendo o compromisso da Desenvolve SP em reaver o dinheiro público.

Antevendo os desafios futuros, a Desenvolve SP adotou soluções inovadoras, como o Cobrança 360° da Serasa, além da contratação de escritórios especializados em cobrança extrajudicial, com previsão de início de atividades em 2024. Essas iniciativas visam conter eventuais desafios enfrentados por setores específicos e contribuir para a estabilização do ambiente econômico no qual a instituição opera.

Além disso, a instituição concentrou esforços na recuperação de créditos considerados de difícil obtenção, através de renegociações e acordos judiciais. Essa abordagem não apenas contribuiu para a melhoria da qualidade da carteira, mas também possibilitou o retorno do crédito para apoiar outras empresas paulistas em necessidade. Como resultado dessas iniciativas, a instituição alcançou mais de R$ 52 milhões em contratos regularizados através de renegociações e acordos judiciais, além de quase R$ 10 milhões em regularização de prejuízos em 2023. Esses números representaram não apenas uma recuperação financeira significativa, mas também evidenciaram o comprometimento da instituição com a gestão responsável dos recursos.

LEILÃO DE CRÉDITOS DE ICMS

Em 2023, a Desenvolve SP realizou o décimo nono e o vigésimo leilão de créditos acumulados de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). Esses créditos foram ofertados em garantia de operações contratadas no Programa de Apoio ao Setor Avícola (Proavi), ajudando o setor a monetizar estes ativos. Os leilões ocorreram, respectivamente, em fevereiro e julho, e ofertaram um montante de créditos de R$ 108,3 milhões, sendo adquiridos por R$ 101,2 milhões, o que representa um deságio de 6,5%.

FONTES DE CAPTAÇÃO INTERNACIONAIS

Para cumprir com o seu papel de agente financeiro do governo do Estado de São Paulo e financiar a economia paulista no cenário de crise e recuperação econômica global, a Desenvolve SP busca novas fontes de recursos para atender a demanda.

Em 2023, foram ratificados pelo Conselho de Administração os processos de captação de USD 90 milhões com o New Development Bank (NDB), com a captação aprovada pelo Senado Federal em 16/11/2023, e USD 110 milhões com o BID, ambos com garantia soberana aprovada pela Comissão de Financiamento Externo (Cofiex) e com foco em investimento em projetos de infraestrutura para os setores público e privado, com conteúdo de sustentabilidade. A operação com o NDB possui prazo total de 10 anos, com 5 anos de carência. Já a captação com o BID possui prazo de 25 anos com 5 anos e 6 meses de carência. Essas operações possuem previsão de concretização ao longo de 2024.

Cabe salientar que a Corporacíón Andina de Fomento (CAF) – Banco de Desarrollo del América Latina aumentou o limite da linha de crédito rotativo da Desenvolve SP de USD 50 milhões para USD 100 milhões.

Em 2023, a Desenvolve SP retomou as tratativas com o Banco de Desenvolvimento Alemão (KfW) para estudar e estruturar modelo de negócios para viabilizar a eletrificação da frota de transporte público em todo o Estado de São Paulo, prevista para o exercício de 2024.

6.2. FINANCEIRO

A Desenvolve SP registrou em 2023 lucro líquido de R$ 212,3 milhões, o maior de sua história, representando crescimento de 4,8% em relação a 2022.

O resultado bruto da intermediação financeira foi de R$ 354,6 milhões, com saldo líquido entre despesas operacionais e outras receitas de R$ 59,5 milhões; gerando resultado operacional de R$ 295,1 milhões (4,7% maior que 2022). O destaque foi para o crescimento de 51,3% nas receitas com títulos e valores mobiliários, reflexo do aporte do controlador na Instituição no valor de R$ 1 bilhão em 2022. Em contrapartida, houve elevação de 70,9% nas despesas com provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, substancialmente em razão das operações originadas em 2021 e 2022 durante a atuação anticíclica no período da pandemia, além do crescimento de 77,0% nas despesas administrativas, principalmente em cobrança e em investimentos em tecnologia da informação.

O Patrimônio Líquido alcançou R$ 3,4 bilhões, no encerramento do exercício, enquanto o Retorno sobre o Patrimônio Líquido Médio (ROAE) registrou 6,4% e o Índice de Eficiência atingiu 21,4% em 2023.

O total de ativos de R$ 4,8 bilhões em 2023, foi composto por 48,5% em títulos e valores mobiliários, 45,9% em operações de crédito (70,8% com recursos próprios e 29,2% com recursos de terceiros), e 5,6% de outros ativos.

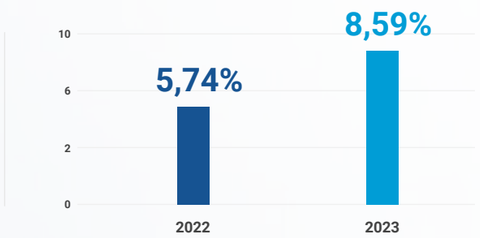
Lucro Líquido

+4,8%
Variação

Resultado Operacional

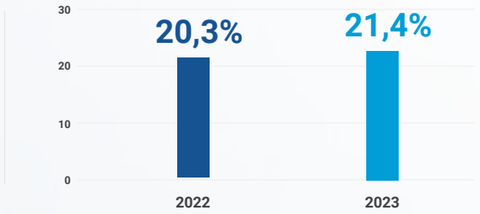
+4,7%
Variação

Inadimplência[1]



+2,85 p.p
Variação

Índice de Eficiência Operacional [2]



+1,1 p.p
Variação

[1]Saldo da carteira de crédito ativa com 90 dias de atraso / saldo de carteira de crédito ativa total

[2]Relação entre as despesas operacionais e a receita bancária (quanto menor, melhor).

A agência de classificação de risco Fitch Ratings, em 7 de julho de 2023, afirmou para Desenvolve SP o rating nacional de longo prazo em 'AA(bra)', com perspectiva estável, o que reflete a qualidade de crédito da instituição frente à missão de promover o desenvolvimento da economia paulista gerando empregos e renda.

6.3. PLANO DE METAS INSTITUCIONAIS 2023

Alinhado ao Planejamento Estratégico 2023-2030, com o objetivo de avaliar no curto prazo o desempenho e a eficiência da Instituição, foi aprovado o Plano de Metas para 2023.

Foram definidos cinco indicadores com suas respectivas metas para 2023, sendo: Lucro Líquido Recorrente; Índice de Eficiência Operacional; Desembolso Total; Receita com Administração de Fundos de Desenvolvimento e Taxa de Inadimplência. O atingimento da Meta Global da instituição ficou em 99,84%.

	Peso	Meta Anual	Realizado	% Meta
Índice de Eficiência	0,2	27,16%	21,44%	121,06%
Lucro Líquido Recorrente	0,2	183.068.880 (em R$)	212.390.405 (em R$)	116,02%
Desembolso Total	0,2	1.001.848.305 (em R$)	1.011.946.063 (em R$)	101,01%
Receita com Adm. de Fundos de Desenvolvimento	0,2	52.086.089 (em R$)	54.196.001 (em R$)	104,05%
Taxa de Inadimplência	0,2	8,52%	8,59%	99,21%

Data Base
31/12/23

Meta Global
99,84%

7. RESUMO DAS PRINCIPAIS AÇÕES DE 2023

- Diagnóstico dos desafios e prioridades para reestruturação da instituição, melhorando a performance da concessão e ampliando o crédito;
- Revisão da Estrutura Organizacional, visando ganho de eficiência operacional e mitigação de riscos, em linha com apontamentos do Bacen;
- Implantação da nova esteira de crédito digital com jornada mais intuitiva e maior segurança: redução do número de campos para preenchimento, novo simulador de parcelas, nova área logada, integração com motor de análise de crédito e ferramentas antifraude (biometria facial e integração Jucesp);
- Aperfeiçoamento das atividades de cobrança, honras e ajuizamentos da Desenvolve SP e do Banco do Povo Paulista (BPP) com o intuito de reduzir a inadimplência e aumentar a recuperação de crédito;
- Esforço para apuração das vulnerabilidades na área Financeira e início da implantação da Conta Liquidação (integração com o sistema financeiro nacional), permitindo emissão própria de boletos, maior celeridade no processo de desembolso e maior controle sobre as movimentações financeiras e a cobrança;
- Revisão do programa de gestão de desempenho e desdobramento de metas por superintendências;
- Reformulação do Comitê e da Política de Investimentos, com início da avaliação dos aportes em Fundos de Investimento em Participações (FIPs) e Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FIDCs);
- Aprovada em 16/11/2023 pelo Senado Federal, captação junto ao NDB, no valor de US$ 90 milhões. Negociação avançada com o BID para captação de US$ 110 milhões para projetos de infraestrutura climática e inclusão social, além de US$ 195 milhões voltado à inovação;

- Oferta de crédito a gestores públicos e empresários de cidades do Litoral Norte paulista em situação de calamidade em razão da incidência de chuvas ocorridas em fevereiro;
- Lançamento das Linhas de crédito Desenvolve Mulher e Desenvolve Mulher Sustentável, elaboradas pela Desenvolve SP especialmente para atender mulheres empreendedoras; e das linhas Crédito Digital Giro Exportação, Giro Exportação e BNDES Exim Pré-Embarque;
- Criação da Linha Agroindústria Investimento, com oferta de R$ 200 milhões para a aquisição de máquinas e equipamentos à Agroindústria com taxas equalizadas pelo Governo de São Paulo;
- Criação do Programa de Crédito à Produção Privada de Habitações, em parceria com a Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU), para empréstimos a pessoas jurídicas para construção de habitações, realização de obras e serviços de infraestrutura urbana adequada, e regeneração de áreas urbanas degradadas;
- Assinatura de Protocolo de Intenções com a Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo para estudar a viabilidade de criação de um novo Fundo de Investimento em Cadeias Agroindustriais (Fiagro);
- Protocolo assinado entre a Desenvolve SP e a Secretaria de Turismo para alavancar o setor no Estado;
- Início da incorporação do BPP e da redefinição do programa de microcrédito;
- Oferta de crédito para iniciativas que promovam a descarbonização;
- Criação do Comitê de Sustentabilidade, conclusão do desenvolvimento da Calculadora de Carbono, elaboração do inventário de emissões de gases de efeito estufa (GEE) e compromisso de zerar a destinação de resíduos da Instituição para o aterro sanitário;

- Leilões de créditos de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) nos valores de R$ 36,8 milhões e de R$ 71,4 milhões;

- Coordenação do 1º grupo de trabalho sobre agências de fomento na 9ª edição do Cosud;

- 5.438 citações em matérias de imprensa no ano (mais de 99% com menções positivas), aumento de mais de 40% em relação ao ano anterior; nas redes sociais, crescimento de 85% no número de visitas ao Facebook e 48% ao Instagram.

8. CONCLUSÃO

O ano de 2023 foi focado em ações de reestruturação interna da Desenvolve SP, com destaque, por exemplo, à melhoria da esteira de crédito e do atendimento ao cliente, à reformulação da estrutura organizacional e às ações de cobrança e mitigação de fraudes. Essas iniciativas permitirão que a Desenvolve SP foque em mudanças transformacionais de 2024 em diante, reformulando seu portfólio, bem como sua política de crédito e garantias, para melhor atender seu público-alvo.

Em termos de desempenho, a Desenvolve SP alcançou R$ 1 bilhão em desembolso no exercício, valor 37,5% superior ao de 2022. Com isso, atendeu 1.609 empresas, com destaque para programas voltados para mulheres emprendedoras, agroindústria, empresas exportadoras e inovação, além de 84 prefeituras, com foco na melhoria da infraestrutura para melhor atender aos munícipes. Por fim, a instituição teve um resultado operacional de R$ 295,1 milhões e Lucro Líquido de R$ 212,3 milhões, 4,8% maior que em 2022, e alcançou 99,84% das metas corporativas para o ano 2023.

Ricardo Dias de Oliveira Brito
Diretor Presidente

Gustavo José Melo Santos
Diretor de Negócios e Fomento

Karen Kemely Mussi Mhereb
Diretora Financeira e de Crédito

Flavio Duarte de Oliveira
Diretor Administrativo

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BALANÇO PATRIMONIAL

BALANÇO PATRIMONIAL

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

ATIVO	Nota Explicativa	31/12/2023	31/12/2022	PASSIVO	Nota Explicativa	31/12/2023	31/12/2022
DISPONIBILIDADES	4	**85**	**100**	**DEPÓSITOS E DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS**		**1.177.857**	**1.398.045**
INSTRUMENTOS FINANCEIROS		**4.761.405**	**4.954.340**	Recursos de Repasse	9a	790.655	932.706
Títulos e Valores Mobiliários	5a e 5b	2.313.838	2.715.166	Empréstimos no Exterior	9b	316.478	410.967
Operações de Crédito	6e	2.447.567	2.239.174	Instrumentos Financeiros e Derivativos	5c	10.562	8.652
PROVISÕES PARA PERDA ESPERADAS ASSOC. AO RISCO DE CRÉDITO		**(257.536)**	**(211.850)**	Outros Passivos Financeiros	9c	60.162	45.720
Operações de Crédito	6a e 6e	(257.536)	(211.850)	**PROVISÕES**	**16**	**1.727**	**1.894**
ATIVO FISCAL DIFERIDO	14b	**190.556**	**114.110**	**OBRIGAÇÕES FISCAIS CORRENTES E DIFERIDAS**	**10**	**124.421**	**96.133**
OUTROS ATIVOS		**47.683**	**48.281**	**OUTROS PASSIVOS**	11	**66.474**	**57.804**
Outros Valores e Bens	7a	40.637	41.411				
Outros Créditos	7b	7.046	6.870				
IMOBILIZADO DE USO	8a	**34.017**	**33.849**				
INTANGÍVEL	8b	**9.870**	**9.870**	**PATRIMÔNIO LÍQUIDO**	**12**	**3.403.559**	**3.386.063**
DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO		**(8.450)**	**(7.542)**	Capital		3.156.476	3.156.476
Imobilizado		(4.791)	(4.348)	Capital de Domiciliados no País		3.156.476	2.156.476
Intangível		(3.659)	(3.194)	Aumento de Capital		-	1.000.000
PROVISÃO PARA REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS	7a e 8a	**(3.592)**	**(1.219)**	Reservas de Lucros		247.083	229.587
TOTAL DO ATIVO		**4.774.038**	**4.939.939**	**TOTAL DO PASSIVO**		**4.774.038**	**4.939.939**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO

Semestre findo em 31 de dezembro de 2023 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

(Em milhares de Reais, exceto pelo resultado líquido por ação)

	Nota	2º Sem/2023	31/12/2023	31/12/2022
Receitas da Intermediação Financeira		**316.957**	**640.715**	**541.523**
Operações de crédito	6b	172.678	359.466	372.825
Resultado de aplicações interfinanceiras, títulos e valores mobiliários e câmbio	13a	149.270	299.517	197.969
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	5c	(4.991)	(18.268)	(29.271)
Despesas da Intermediação Financeira		**(136.227)**	**(286.140)**	**(237.324)**
Operações de empréstimos, cessões e repasses	13b	(52.245)	(126.867)	(144.120)
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	6f	(83.982)	(159.273)	(93.204)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		**180.730**	**354.575**	**304.199**
Outras Receitas Operacionais e Principais Despesas Operacionais		**(43.283)**	**(59.643)**	**(22.210)**
Receitas de prestação de serviços e tarifas bancárias	13c	34.273	70.340	68.496
Despesas de pessoal	13d	(28.076)	(54.204)	(49.022)
Outras despesas administrativas	13e	(39.827)	(61.660)	(34.843)
Despesas tributárias	13f	(14.897)	(30.456)	(23.449)
Outras receitas operacionais	13g	6.897	18.931	16.791
Outras despesas operacionais		(1.653)	(2.594)	(183)
Despesas de Provisões		**56**	**167**	**(68)**
Trabalhista		65	5	148
Outras		(9)	162	(216)
Resultado Opracional		**137.503**	**295.099**	**281.921**
Resultado Não Operacional		**(924)**	**(913)**	**636**
Resultado antes da Tributação s/Lucro e Participações		**136.579**	**294.186**	**282.557**
Imposto de Renda e Contribuição Social	14	**(34.719)**	**(77.105)**	**(75.587)**
Imposto de renda e CSLL corrente		(72.740)	(153.442)	(117.712)
Imposto de renda e CSLL diferido		38.021	76.337	(42.125)
Participação no Lucro		**(3.104)**	**(4.745)**	**(4.288)**
Resultado Líquido		**98.756**	**212.336**	**202.682**
Nº de Ações		**2.728.177.414**	**2.728.177.414**	**2.728.177.414**
Resultado Líquido por Ação		**0,03620**	**0,07783**	**0,07429**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO ABRANGENTE

Semestre findo em 31 de dezembro de 2023 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

(Em milhares de Reais)

	2º Sem/2023	31/12/2023	31/12/2022
Lucro Líquido do período/exercício	**98.756**	**212.336**	**202.682**
Outros Resultados abrangentes	-	-	-
Resultado Abrangente do período/exercício	**98.756**	**212.336**	**202.682**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO

Semestre findo em 31 de dezembro de 2023 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	Nota	2º Sem/2023	31/12/2023	31/12/2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro antes do imposto de renda, contribuição social e participações		**136.579**	**294.186**	**282.557**
Ajustes ao lucro antes dos impostos e participações		**82.392**	**168.843**	**96.364**
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	6a e 6e	83.982	159.273	93.205
Depreciação e amortização		524	908	794
Provisão para desvalorização de títulos livres		(4.431)	6.456	3.519
Constituição de perdas por impairment de ativos		2.373	2.373	(1.221)
Provisão para passivos contingentes		(56)	(167)	67
Lucro ajustado antes dos impostos e participações		**218.971**	**463.029**	**378.921**
Variação ativo/passivo		**(207.456)**	**(419.906)**	**(1.308.374)**
(Aumento)/redução em TVM e Instrumentos Financeiros Derivativos	5a	143.261	241.565	(946.642)
(Aumento)/redução operações de crédito		(277.435)	(321.980)	(195.685)
(Aumento)/redução créditos tributários		(38.074)	(76.446)	(42.240)
(Aumento)/redução outros créditos		71.384	(176)	(1.311)
(Aumento)/redução outros valores e bens		944	774	557
Aumento/(redução) depósitos e outros instrumento financeiros		14.122	16.352	6.420
Aumento/(redução) obrigações por empréstimos e repasses		(131.625)	(236.540)	(95.627)
Aumento/(redução) outras obrigações		30.201	82.066	49.773
Imposto de renda e contribuição social pagos		(20.234)	(125.521)	70.779
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		**11.515**	**43.123**	**(929.453)**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Aquisição de imobilizado de uso		(46)	(168)	-
Aplicações no intangível		-	-	(2.311)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		**(46)**	**(168)**	**(2.311)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Juros sobre o capital próprio pagos exercício anterior		-	(62.148)	(88.538)
Dividendos pagos exercício anterior		-	(82.263)	-
Juros sobre o capital próprio pagos		(13.990)	(51.866)	(16.887)
Aumento de capital		-	-	1.000.000
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento		**(13.990)**	**(196.277)**	**894.575**
Aumento/(redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa		**(2.521)**	**(153.322)**	**(37.189)**
Modificação na posição de caixa e equivalentes de caixa				
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre e exercício	4	54.554	205.355	242.544
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre e exercício	4	52.033	52.033	205.355
Aumento/(redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa		**(2.521)**	**(153.322)**	**(37.189)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Semestre findo em 31 de dezembro de 2023 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

(Em milhares de Reais)

			Reserva de Lucros			
	Capital Realizado	Aumento de capital	Legal	Especial de Lucro	Lucros Acumulados	Total
Saldos em 01/07/2023	3.156.476	-	41.680	130.101	-	3.328.257
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	98.756	98.756
Destinações:						
Reservas	-	-	4.938	41.071	(46.009)	-
Dividendo mínimo obrigatório - JCP	-	-	-	-	(23.454)	(23.454)
Juros sobre o capital próprio adicionais propostos	-	-	-	29.293	(29.293)	-
SALDOS EM 31/12/2023	**3.156.476**	**-**	**46.618**	**200.465**	**-**	**3.403.559**
MUTAÇÕES DO PERÍODO	**-**	**-**	**4.938**	**70.364**	**-**	**75.302**
Saldos em 01/01/2023	2.156.476	1.000.000	36.000	193.587	-	3.386.063
Aumento de Capital	1.000.000	(1.000.000)	-	-	-	-
Juros sobre o capital próprio exercício anterior	-	-	-	(62.148)	-	(62.148)
Dividendos exercício anterior	-	-	-	(82.263)	-	(82.263)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	212.336	212.336
Destinações:						
Reservas	-	-	10.618	86.627	(97.245)	-
Dividendo mínimo obrigatório - JCP	-	-	-	-	(50.429)	(50.429)
Juros sobre o capital próprio - Dividendos adicionais propostos	-	-	-	64.662	(64.662)	**-**
SALDOS EM 31/12/2023	**3.156.476**	**-**	**46.618**	**200.465**	**-**	**3.403.559**
MUTAÇÕES DO PERÍODO	**1.000.000**	**(1.000.000)**	**10.618**	**6.878**	**-**	**17.496**
Saldos em 01/01/2022	2.156.476	-	25.866	121.510	-	2.303.852
Aumento de Capital	-	1.000.000	-	-	-	1.000.000
Juros sobre o capital próprio exercício anterior	-	-	-	(72.334)	-	(72.334)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	202.682	202.682
Destinações:						
Reservas	-	-	10.134	82.263	(92.397)	-
Dividendo mínimo obrigatório - JCP	-	-	-	-	(48.137)	(48.137)
Juros sobre o capital próprio - Dividendos adicionais propostos	-	-	-	62.148	(62.148)	-
SALDOS EM 31/12/2023	**2.156.476**	**1.000.000**	**36.000**	**193.587**	**-**	**3.386.063**
MUTAÇÕES DO EXERCÍCIO	**-**	**1.000.000**	**10.134**	**72.077**	**-**	**1.082.211**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1 - Contexto Operacional

A Desenvolve SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A. ("Instituição" ou Desenvolve SP) é uma Instituição Financeira de capital fechado, com sede na Rua da Consolação, 371, Centro, São Paulo – SP, constituída sob a forma de empresa pública estadual, pela Lei Estadual nº 10.853/2001 e regulamentada pelo Decreto nº 52.142/2007, sendo parte integrante da administração indireta do Estado de São Paulo.

A Instituição iniciou suas atividades operacionais em 11 de março de 2009, após autorização de funcionamento do Banco Central do Brasil, obtida em 11 de fevereiro de 2009.

Constitui objeto da Instituição a promoção do desenvolvimento econômico no Estado de São Paulo, podendo, para tanto, conceber e implantar ações de fomento sob as diferentes modalidades a que alude a Resolução nº 2.828, de 30 de março de 2001, do Conselho Monetário Nacional (CMN), ou outras que venham a substituí-la ou alterá-la, e demais normas que regulam as Agências de Fomento, incluindo o financiamento de capital fixo e de giro associados a projetos produtivos no Estado de São Paulo, através de recursos próprios e repasses de recursos captados no País e no exterior originários de:

I - Fundos governamentais;
II - Orçamento estadual;
III - Organismos e Instituições Nacionais e Internacionais de Desenvolvimento.

Também faz parte do objeto social, a prestação de garantias, a prestação de serviços de consultoria e de agente financeiro, bem como a administração de fundos de desenvolvimento, observado o disposto no art. 35, da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000.

2 - Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

a) Base de preparação

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), advindas da Resolução CMN nº 4.818/20 e da Resolução BCB nº 2/20, com observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, associadas às normas consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro (COSIF) e normatizações do Conselho Monetário Nacional.

A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações financeiras evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos.

b) Uso de Julgamento

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamento. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito e provisões para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração revisa as estimativas e premissas periodicamente.

c) Apresentação das demonstrações

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional e de apresentação, expressa em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico e, quando aplicável, mensuração a valor justo, conforme descrito nas principais práticas contábeis a seguir.

Em 21 de fevereiro de 2024, o Conselho de Administração aprovou a conclusão das demonstrações financeiras da Desenvolve SP – Agência de Fomento do Estado de São Paulo.

3 - Principais práticas contábeis

a) Receitas e despesas

As receitas e despesas são registradas de acordo com o regime de competência, com exceção das rendas provenientes das operações de crédito vencidas há mais de 59 dias, que serão registradas como receita efetiva, somente na data do seu recebimento (Resolução CMN nº 2.682/99 art.9º).

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e aplicações em títulos e valores mobiliários de curto prazo, de alta liquidez, com vencimento igual ou inferior a 90 dias entre a data de aquisição e a data de vencimento, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

c) Instrumentos financeiros

I. Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

Os títulos e valores mobiliários que compõem a carteira própria foram registrados pelo seu custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço. Os fundos de investimento são registrados pelo valor da cota divulgada pelo Administrador.

As agências de fomento estão dispensadas da aplicação da Circular BACEN nº 3.068, de 8 de novembro de 2001, a qual estabelece que os títulos e valores mobiliários devam ser classificados dentro das seguintes categorias: títulos para negociação, disponíveis para a venda e mantidos até o vencimento, sendo que para as duas primeiras categorias deve ocorrer o ajuste ao valor de mercado.

De acordo com a Circular BACEN nº. 3.082, de 30 de janeiro de 2002, os instrumentos financeiros derivativos são classificados de acordo com a intenção da Administração em utilizá-los como instrumento destinados a hedge ou não. A Desenvolve SP utiliza os instrumentos financeiros derivativos somente para proteção de posição própria.

Os instrumentos financeiros derivativos designados como parte de uma estrutura de proteção contra riscos (hedge) podem ser classificados como:

I - Hedge de risco de mercado; e
II - Hedge de fluxo de caixa.

Os instrumentos financeiros derivativos destinados a hedge e os respectivos objetos de hedge são ajustados ao valor de mercado, observado o seguinte:

(1) Para aqueles classificados na categoria I, a valorização ou a desvalorização é registrada em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, no resultado do semestre; e

(2) Para aqueles classificados na categoria II, a valorização ou desvalorização da parcela efetiva é registrada em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários.

II. Operações de crédito, obrigações por repasse e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

- **Operações de crédito e obrigações por repasse**

  As operações de crédito e as obrigações por repasse estão registradas ao valor do principal, incorporando rendimentos e encargos auferidos até a data do balanço, em razão da fluência dos prazos.

  Os rendimentos de operações de crédito com atraso superior a 59 dias são apropriados somente por ocasião do efetivo recebimento dos valores em atraso.

- **Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito**

  A classificação das operações de crédito e a constituição das respectivas provisões para perdas são efetuadas observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, de 21 de dezembro de 1999, e leva em consideração a classificação das operações de crédito em níveis de risco AA – H e os percentuais mínimos esperados de perda definidos pela referida Resolução. A definição dos níveis de risco de crédito das operações é efetuada com base em metodologias internas de classificação de risco, incluindo premissas e julgamentos. Anualmente, as classificações das operações de crédito são revisadas.

  A Administração adota a premissa da contagem em dobro dos prazos para constituição da provisão por atraso das operações de crédito com prazo superior a 36 meses e que possuam garantias reais, conforme facultado pelo artigo 4º, parágrafo primeiro, da Resolução CMN nº 2.682/99.

- **Renegociações**

  As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, nos termos da Resolução CMN nº 2.682/99, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco. As renegociações de operações de crédito, anteriormente baixadas como prejuízo, são classificadas como nível "H". Os eventuais ganhos provenientes de renegociações somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

d) Outros Valores e Bens

Compostos por ativos não financeiros mantidos para venda, correspondentes a imóveis disponíveis para venda, recebidos em dação de pagamento, registrados pelo menor valor entre o valor bruto do instrumento financeiro de difícil ou duvidosa solução e o valor justo menos despesas de venda; e Despesas Antecipadas, correspondentes a aplicações de recursos cujos benefícios decorrentes ocorrerão em exercícios futuros.

e) Imobilizado de uso e intangível

O imobilizado de uso e o intangível são registrados ao custo de aquisição líquido das respectivas depreciações e amortizações acumuladas.

A depreciação e a amortização são reconhecidas no resultado pelo método linear, considerando a taxa apresentada na nota explicativa nº 8. Terrenos não são depreciados.

A vida útil e os valores residuais dos bens são reavaliados e ajustados, se necessários, em cada data do balanço ou quando aplicáveis.

f) Tributos correntes e diferidos

Os tributos são apurados, conforme alíquotas a seguir:

Tributo	Alíquota
Imposto de Renda – IRPJ (15% + Adicional de 10% ao que exceder R$ 240/ano)	**25%**
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL	**20%**
Programa de Integração Social – PIS	**0,65%**
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS	**4%**
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN	**Até 5%**

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15% sobre o lucro real, acrescida de adicional de 10% sobre o excedente a R$240 mil no ano.

Conforme a legislação tributária, a Instituição optou pelo recolhimento mensal do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido com base na estimativa da receita, a título de antecipação do efetivo pagamento, devido no ajuste anual.

Em virtude da publicação da Lei nº 14.446/2022, de 2 de setembro de 2022, a alíquota da CSLL foi majorada de 20% a 21%, a partir da data da publicação da referida lei até o dia 31 de dezembro de 2022.

Os créditos e obrigações tributárias diferidas referentes ao imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido são constituídos através das diferenças temporárias, entre o resultado contábil e fiscal. A expectativa de realização destes créditos está demonstrada na nota explicativa nº 14 b.

g) Demais ativos e passivos

São demonstrados pelos valores de realização ou de exigibilidade, incluindo rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais incorridos até a data das demonstrações financeiras, calculados "pro- rata" dia e, quando aplicável, reduzidos para refletir o valor de realização. Os saldos realizáveis ou exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulante, respectivamente.

h) Provisões, ativos e passivos contingentes

A Instituição segue as diretrizes da Resolução nº 3.823/2009, do Conselho Monetário Nacional, a qual aprovou o Pronunciamento Técnico CPC nº 25, sendo os principais critérios:

- Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo;

- Provisões: são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;

- Passivos Contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas.

i) Redução do valor recuperável de ativos

Anualmente ou quando há evidências que o valor contábil possa não ser recuperável, é realizada a revisão dos valores líquidos dos ativos a fim de avaliar a necessidade de serem constituídas eventuais provisões para desvalorização. Quando estas evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

j) Resultados recorrentes e não recorrentes

A Resolução BCB nº 2, de 27 de novembro de 2020, em seu artigo 34º, determinou a divulgação de forma segregada dos resultados recorrentes e não recorrentes. Define-se então como resultado não recorrente do exercício aquele que:

I - não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e

II - não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

A natureza e o efeito financeiro dos eventos considerados não recorrentes estão evidenciados na nota explicativa 27b.

k) Benefícios a empregados

A Instituição não oferece benefícios de longo prazo a empregados.

4 - Caixa e equivalentes de caixa

Tributo	31/12/2023	31/12/2022
Disponibilidades	85	100
Cotas de Fundo de Renda Fixa (nota explicativa nº 5)	51.948	205.355
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa	**52.033**	**205.355**

5 - Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

a) Composição da carteira – títulos e valores mobiliários

	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	-	2.120.179	2.120.179	165.600	2.209.238	2.374.838
Cotas de Fundos de Investimento em Participações – FIP[1]	-	103.167	103.167	110.752	-	110.752
Cotas de Fundo de Renda Fixa	51.948	-	51.948	205.255	-	205.255
Letras do Tesouro Nacional – LTN	-	43.819	43.819	-	22.644	22.644
Cotas de Fundos Garantidores de Op. de Crédito	-	6.712	6.712	-	7.208	7.208
(-) Provisões para desvalorizações	-	(11.987)	(11.987)	(5.420)	(111)	(5.531)
TOTAL	51.948	2.261.890	2.313.838	476.187	2.238.979	2.715.166

As cotas do Fundo de Renda Fixa, aplicadas no BB FEFI CP AUTOM FIC, Cotas de Fundos de Investimento em Participações, Letras Financeiras do Tesouro e Letras do Tesouro Nacional são custodiadas e administradas pelo Banco do Brasil S.A.

(1) Os Fundos de Investimentos em Participações – FIP tiveram suas datas de encerramento prorrogadas de dez/23 para dez/25 conforme deliberações em Assembleias.

b) Cotas de fundos de investimento em participações

	31/12/2023				31/12/2022			
Fundo	Capital subscrito	Capital integralizado	Valor contábil	Provisão para desvalorização	Capital subscrito	Capital integralizado	Valor contábil	Provisão para desvalorização
Inovação Paulista	25.000	22.229	51.905	-	25.000	22.229	50.151	(4.484)
Finhealth I (BBI Financial I)	10.000	10.000	45.706	(10.726)	10.000	10.000	45.706	(704)
CRP Empreendedor*	-	-	-	-	10.000	414	1.435	-
Aeroespacial	15.000	5.556	5.556	(1.261)	15.000	5.667	13.460	(232)
TOTAL	50.000	37.785	103.167	(11.987)	60.000	38.310	110.752	(5.420)

Administradores dos Fundos: Lions Trust Administradora de Recursos Ltda. (Inovação Paulista e FinHealth), *CRP Companhia de Participações (CRP Empreendedor) encerrado em nov/2023 e Portcapital Gestora de Recursos Ltda. (Aeroespacial).

c) Instrumentos Financeiros Derivativos

A Instituição visando mitigar os riscos decorrentes das variações cambiais da operação de captação externa (objeto de *hedge*) efetuada junto à International Finance Corporation (IFC) se utiliza de instrumento financeiro derivativo na modalidade *swap*, registrado em contas patrimoniais e de compensação.

O vencimento do instrumento derivativo usado nessa modalidade possui o mesmo vencimento da operação captada, sendo ambos ajustados ao valor de mercado que é apurado por metodologia interna.

A Desenvolve SP adota a contabilidade de *hedge* ou *hedge accounting*, na categoria de risco de mercado e, conforme determina a Circular BACEN nº. 3.082, de 30 de janeiro de 2002, as variações e ajustes decorrentes da valorização destes instrumentos e objetos de hedge são registrados em conta de resultado.

A tabela a seguir apresenta os valores lançados em contas patrimoniais e de compensação:

	31/12/2023			31/12/2022	
Swap - ativo	**Valor Referencial (Conta de Compensação**	**Valor a Pagar/ Receber (Conta Patrimonial)**	**Efeito líquido (Conta de Resultado)**	**Valor a Pagar/ Receber (Conta Patrimonial)**	**Efeito líquido (Conta de Resultado)**
(US$+SOFR+TAXA)[1]X (R$+%CDI)	**158.205**	**(10.562)**	**(18.269)**	**(8.652)**	**(29.271)**

[1] até 30 de junho de 2023 a taxa era Libor 6M + taxa, a partir de julho de 2023 a Libor foi substituída pela SOFR + 2,87826% aa

O vencimento da captação (objeto de *hedge*) e do derivativo (instrumento de *hedge*) estão a seguir demonstrados:

	31/12/2023					31/12/2022
	0-30	**31-180**	**181-360**	**Acima de 360**	**Total**	**Total**
Objeto	-	28.922	26.922	70.897	**126.741**	**156.855**
Instrumento	-	(2.911)	555	(8.206)	(10.562)	(8.652)

A tabela abaixo apresenta o valor da curva e de mercado do objeto e instrumento de *hedge*:

	31/12/2023				31/12/2022		
Fundo	**Valor Referencial**	**Valor da Curva**	**Ajuste a Mercado**	**Valor de Mercado**	**Valor da Curva**	**Ajuste a Mercado**	**Valor de Mercado**
Objeto	**158.205**	124.181	2.560	**126.741**	159.459	(2.604)	**156.855**
Instrumento	**158.205**	(13.122)	2.560	**(10.562)**	(6.048)	(2.604)	**(8.652)**

6 - Operações de crédito

a) Carteira por modalidade

	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	**Não Circulante**	**Total**	**Circulante**	**Não Circulante**	**Total**
Empréstimos	348.877	604.972	953.849	358.326	724.493	1.082.819
Financiamentos	196.551	632.312	828.863	239.725	693.943	933.668
Financiamento de Infraestrutura e Desenvolvimento	94.454	570.401	664.855	56.818	165.869	222.687
Total da Carteira de Crédito	**639.882**	**1.807.685**	**2.447.567**	**654.869**	**1.584.305**	**2.239.174**
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(100.155)	(157.381)	(257.536)	(52.646)	(159.204)	(211.850)
Total da Carteira de Crédito Líquido de Provisões	**539.727**	**1.650.304**	**2.190.031**	**602.223**	**1.425.101**	**2.027.324**

b) Receitas da intermediação financeira - Operações de crédito

	2º sem/2023	31/12/2023	31/12/2022
Empréstimos	69.289	158.159	172.376
Financiamentos	59.822	130.767	146.617
Financiamento de infraestrutura e desenvolvimento	39.219	62.946	28.976
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	4.348	7.594	24.856
TOTAL	**172.678**	**359.466**	**372.825**

c) Carteira por setor de atividade econômica

	31/12/2023	Participação	31/12/2022	Participação
Setor Público	**794.087**	**32%**	322.704	**14%**
Administração Direta	794.087	32%	322.704	14%
Setor Privado	**1.653.480**	**68%**	**1.916.470**	**86%**
Outros serviços	873.201	36%	1.057.607	48%
Comércio	436.251	18%	444.151	20%
Indústria	336.205	14%	407.280	18%
Rural	7.687	-	6.694	-
Pessoas Físicas	136	-	738	-
TOTAL	**2.447.567**	**100%**	**2.239.174**	**100%**

d) Carteira por níveis de risco e prazos de vencimento

Operações em Curso Normal	31/12/2023										31/12/2022
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total da Carteira	Total da Carteira
PARCELAS VINCENDAS	**796.705**	**314.309**	**372.682**	**547.417**	**82.887**	**44.257**	**11.745**	**11.536**	**40.147**	**2.221.685**	**2.089.223**
01 A 30	13.431	8.549	10.800	16.695	2.223	1.438	426	459	659	**54.680**	**86.005**
31 A 60	11.110	6.833	8.876	13.622	1.867	1.254	348	393	437	**44.740**	**45.130**
61 A 90	9.563	6.843	8.819	13.314	1.809	1.251	345	392	359	**42.695**	**44.384**
91 A 180	23.886	20.682	25.802	38.998	5.237	3.725	1.037	1.171	1.085	**121.623**	**145.350**
181 A 360	73.006	40.546	49.422	80.781	10.853	7.650	2.059	2.362	2.754	**269.433**	**274.101**
ACIMA A 360	665.709	230.856	268.963	384.007	60.898	28.939	7.530	6.759	34.853	**1.688.514**	**1.494.253**
PARCELAS VENCIDAS	**64**	**414**	**957**	**2.956**	**696**	**330**	**67**	**14**	**518**	**6.016**	**3.717**
01 A 30	64	414	794	1936	638	267	**67**	7	447	**4.634**	**2.911**
31 A 60	-	-	163	1.020	58	63	-	7	71	**1.382**	**806**
SUBTOTAL	**796.769**	**314.723**	**373.639**	**550.373**	**83.583**	**44.587**	**11.812**	**11.550**	**40.665**	**2.227.701**	**2.092.940**

Operações em Curso Anormal[a]	31/12/2023										31/12/2022
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total da Carteira	Total da Carteira
PARCELAS VINCENDAS	-	-	-	**9.858**	**12.651**	**13.148**	**26.496**	**20.848**	**88.419**	**171.420**	**122.385**
01 A 30	-	-	-	219	179	320	636	1.295	2.323	**4.972**	**2.381**
31 A 60	-	-	-	164	216	319	657	1.326	2.313	**4.995**	**2.386**
61 A 90	-	-	-	164	253	334	657	493	2.305	**4.206**	**2.497**
91 A 180	-	-	-	565	847	1.027	1.970	1.513	6.896	**12.818**	**8.085**
181 A 360	-	-	-	1.328	1.785	2.061	3.935	3.005	13.147	**25.261**	**17.156**
ACIMA A 360	-	-	-	7.418	9.371	9.087	18.641	13.216	61.435	**119.168**	**89.880**
PARCELAS VENCIDAS	-	-	-	**1.119**	**1.664**	**2.708**	**5.852**	**11.620**	**25.483**	**48.446**	**23.849**
01 A 30	-	-	-	272	193	326	628	1.295	2.327	**5.041**	**3.155**
31 A 60	-	-	-	262	269	320	632	1.283	2.326	**5.092**	**2.473**
61 A 90	-	-	-	338	359	334	491	1.236	2.270	**5.028**	**2.872**
91 A 180	-	-	-	247	843	958	1.619	5.427	6.119	**15.213**	**7.837**
181 A 360	-	-	-	-	-	770	2.482	2.379	8.618	**14.249**	**7.055**
ACIMA A 360	-	-	-	-	-	-	-	-	3.823	**3.823**	**457**
SUBTOTAL	**-**	**-**	**-**	**10.977**	**14.315**	**15.856**	**32.348**	**32.468**	**113.902**	**219.866**	**146.234**
TOTAL	**796.769**	**314.723**	**373.639**	**561.350**	**97.898**	**60.443**	**44.160**	**44.018**	**154.567**	**2.447.567**	**2.239.174**

(a) Operações vencidas acima de 59 dias.

e) Constituição das provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

		31/12/2023		31/12/2022	
Nível de Risco	Provisão %	Valor das Operações	Provisão	Valor das Operações	Provisão
AA	-	796.770	-	406.788	-
A	0,5	314.723	(1.574)	354.269	(1.771)
B	1,0	373.638	(3.736)	462.285	(4.623)
C	3,0	561.350	(16.841)	687.149	(20.614)
D	10,0	97.894	(9.789)	74.468	(7.447)
E	30,0	60.444	(18.133)	58.261	(17.478)
F	50,0	44.158	(22.079)	57.361	(28.681)
G	70,0	44.020	(30.814)	24.525	(17.168)
H	100,0	154.570	(154.570)	114.068	(114.068)
Total		**2.447.567**	**(257.536)**	**2.239.174**	**(211.850)**

f) Movimentação da provisão para perda esperada associada ao risco de crédito

	2º sem/2023	31/12/2023	31/12/2022
Saldo Inicial	**264.011**	**211.850**	**140.599**
Créditos baixados para prejuízo	(90.457)	(113.587)	(21.953)
Provisão constituída	83.982	159.273	93.204
SALDO FINAL	**257.536**	**257.536**	**211.850**

g) Informações complementares

	2º sem/2023	31/12/2023	31/12/2022
Créditos renegociados (1)	**21.725**	**52.152**	**116.218**
Recuperação de créditos baixados para prejuízo	4.348	7.594	24.856

(a) Considera-se renegociação qualquer tipo de acordo que implique alteração nos prazos de vencimento ou nas condições de pagamento originalmente pactuadas. As operações renegociadas mantiveram, no mínimo, os *ratings* vigentes, admitindo-se melhora apenas nos casos de amortização relevante ou reforços de garantia.

7 - Outros ativos

a) Outros valores e bens

			Custo Líquido de Provisão	
	Custo	Provisão para Redução ao Valor Recuperável de Ativos	31/12/2023	31/12/2022
Ativos não financeiros mantidos para venda – Imóveis recebidos	40.581	(2.052)	38.529	40.135
Despesas antecipadas	56	-	56	57
TOTAL	**40.637**	**(2.052)**	**38.585**	**40.192**

b) Outros Créditos

	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Rendas a receber	4.223	-	**4.223**	4.895	-	4.895
Devedores diversos – País	1.868	-	**1.868**	1.009	-	1.009
Adiantamentos e antecipações salarias	102	-	**102**	243	-	243
Devedores por compra de valores e bens	34	96	**130**	32	118	150
Outros	723	-	**723**	588	-	588
TOTAL	**6.950**	**96**	**7.046**	**6.767**	**118**	**6.885**

8 - Imobilizado e intangível

a) Imobilizado de Uso

					31/12/2023	31/12/2022
	Taxa depreciação	Custo	Depreciação	Provisões para Redução ao Valor Recuperável de Ativos	Custo líquido de Depreciação	
Imóveis de Uso:						
- Terrenos	-	11.600	-	(817)	10.783	11.600
- Edificações	1,67%	20.161	(3.045)	(723)	16.393	17.437
Outras Imobilizações de Uso:						
Móveis e equipamentos	3,33% a 20%	1.695	(1.306)	-	389	348
Sistema de Processamento de Dados	20%	182	(127)	-	55	23
Sistema de Comunicação	6,67% a 20%	252	(197)	-	55	75
Instalações	10%	127	(116)	-	11	18
TOTAL EM 31/12/2023		**34.017**	**(4.791)**	**(1.540)**	**27.686**	**-**
TOTAL EM 31/12/2022		**33.849**	**(4.348)**	**-**	**-**	**29.501**

b) Intangível

	Custo	Amortização	Custo Líquido de Amortização	
			31/12/2023	31/12/2022
Outros Ativos Intangíveis:				
Software – adquiridos	5.444	(3.511)	1.933	2.250
Software – gerados internamente	4.426	(148)	4.278	4.426
Total em 31/12/2023	**9.870**	**(3.659)**	**6.211**	-
Total em 31/12/2022	9.870	(3.194)	-	6.676

9 - Depósitos e demais instrumentos financeiros

a) Obrigações por repasses do País - Instituições oficiais

	31/12/2023					31/12/2022		
Fundo	**0-30**	**31-180**	**181-360**	**Acima de 360**	**Total**	**%**	**Total**	**%**
BNDES	14.391	71.964	82.936	260.301	**429.592**	54,33	498.383	53,44
FUNGETUR	10.092	44.567	47.375	118.295	**220.329**	27,87	336.343	36,06
FINEP	2.183	10.153	11.374	106.300	**130.010**	16,44	80.899	8,67
FINAME	516	2.506	2.374	5.328	**10.724**	1,36	17.081	1,83
TOTAL	**27.182**	**129.190**	**144.059**	**490.224**	**790.655**	**100,00**	**932.706**	**100,00**

b) Empréstimos no exterior

	31/12/2023							31/12/2022
Fundo	**Data da Liberação**	**Vencimento Final**	**Taxa de Juros**	**Valor liberado**	**Circulante**	**Não circulante**	**Total**	**Total**
IFC -1	14/05/2021	16/03/2026	SOFR + 2,87826%[1]	158.205	55.844	70.897	126.741	156.855
CAF-1	12/08/2020	12/08/2026	CDI+2,84%	109.912	28.576	48.850	77.426	103.744
CAF-2	11/09/2020	11/09/2026	CDI+2,74%	84.022	21.154	37.343	58.497	78.307
CAF-3	28/09/2020	28/09/2026	CDI+2,82%	77.876	19.203	34.611	53.814	72.061
TOTAL				**430.015**	**124.777**	**191.701**	**316.478**	**410.967**

[1] Até 30 de junho de 2023, a taxa de juros era Libor 6M + 2,45%. O instrumento de hedge também foi ajustado (vide Nota Explicativa 5 c).

O financiamento contratado com a Corporação Andina de Fomento (CAF), no montante total de US$ 50 milhões, possui prazo de vencimento de 6 anos e foi liberado em tranches de diferentes valores. Foi realizado *swap offshore* e, portanto, o recurso foi internalizado em reais.

O financiamento contratado com a International Finance Corporation (IFC), teve tranche única, no montante de US$ 30 milhões, com prazo de vencimento de 5 anos. Foi contratado *hedge*, conforme detalhado na nota explicativa nº 5.c para a referida captação.

c) Outros passivos financeiros

	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Recursos para Destinação Específica[1]						
Programa Água Limpa	3.085	21.892	24.977	3.164	21.607	24.771
FUNGETUR – Fundo Geral de Turismo	23.863	-	23.863	3.322	-	3.322
Programa Frota Nova Município	882	8.835	9.717	1.368	8.378	9.746
Programa Incentivo ao Investimento Esportivo	157	1.196	1.353	366	1.111	1.477
Programa Renova SP	184	-	184	-	268	268
Programa Desenvolve Municípios	-	-	-	27	6.042	6.069
Subtotal	**28.171**	**31.923**	**60.094**	**8.247**	**37.406**	**45.653**
Depósitos vinculados	68	-	68	67	-	67
TOTAL	**28.239**	**31.923**	**60.162**	**8.314**	**37.406**	**45.720**

[1] Referem-se a recursos do FUNGETUR para a concessão de operações de crédito, ainda não desembolsados aos clientes, e recursos transferidos pelo Governo do Estado de São Paulo à Desenvolve SP para subsidiar os juros de parcelas adimplentes de operações de crédito dos respectivos Programas de financiamento.

10 - Obrigações fiscais correntes e diferidas

	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Imposto de Renda	59.959	-	**59.959**	45.532	-	**45.532**
Contribuição Social	56.107	-	**56.107**	42.613	-	**42.613**
Impostos e contribuições sobre salários	3.407	132	**3.539**	2.981	115	**3.096**
Impostos e contribuições diferidos	-	2.224	**2.224**	-	2.116	**2.116**
COFINS	1.866	-	**1.866**	2.049	-	**2.049**
PIS	303	-	**303**	333	-	**333**
Outros	423	-	**423**	394	-	**394**
TOTAL	**122.065**	**2.356**	**124.421**	**93.902**	**2.231**	**96.133**

11 - Outros Passivos

	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Sociais e estatutárias (a)	32.842	-	**32.842**	34.043	-	**34.043**
Outras Obrigações (b)	33.161	471	33.632	23.349	412	**23.761**
TOTAL	**66.003**	**471**	**66.474**	**57.392**	**412**	**57.804**

a) Sociais e estatutárias

	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Juros sobre o capital próprio	29.814	-	**29.814**	31.250	-	**31.250**
Participação nos lucros	3.028	-	**3.028**	2.793	-	**2.793**
TOTAL	**32.842**	**-**	**32.842**	**34.043**	**-**	**34.043**

b) Outras obrigações

	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Adiantamentos por Fundos Garantidores de Operações	14.007	-	14.007	11.323	-	11.323
Provisões para despesas administrativas	7.948	-	7.948	3.831	-	3.831
Fornecedores	5.441	-	5.441	3.140	-	3.140
Provisões para despesas de pessoal	3.898	471	4.369	3.411	412	3.823
Credores diversos	1.722	-	1.722	1.223	-	1.223
Cobrança e arrecadação de tributos	145	-	145	421	-	421
TOTAL	**33.161**	471	**33.632**	**23.349**	412	**23.761**

12 - Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 20 de janeiro de 2023 o Banco Central do Brasil aprovou o aporte de capital no montante de R$ 1.000.000 (um bilhão de Reais).

O capital social de R$ 3.156.476 está representado por 2.728.177.414 de ações ordinárias de classe única, todas nominativas e sem valor nominal.

b) Reserva de lucros

b.1) Reserva legal

A reserva legal é constituída por 5% do lucro líquido do exercício, limitada a 20% do capital social. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foram destinados para essa reserva o montante de R$ 10.618 (R$ 10.134 em 2022).

b.2) Reserva especial de lucro

A Reservas Especial de Lucros é constituída pela apropriação dos lucros não distribuídos da Instituição, sendo sua constituição efetivada por proposta dos órgãos da administração. Inclui também os Juros sobre o capital próprio, dividendos adicionais propostos, com destinação a ser definida em Assembleia, no valor de R$ 151.289 em 31 de dezembro de 2023 (R$ 144.411 em dezembro de 2022).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foram pagos juros sobre o capital próprio adicionais no valor de R$ 62.148 e dividendos adicionais no valor de R$ 82.263 referentes ao exercício de 2022.

c) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Conforme disposto no artigo 46 do Estatuto Social da Desenvolve SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A., as ações ordinárias terão direito ao dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, após deduções determinadas ou admitidas em lei, podendo ser pago sob a forma de juros sobre o capital próprio:

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro Líquido	212.336	202.682
(-) Reserva Legal	(10.618)	(10.134)
Base de Cálculo Ajustada	**201.718**	**192.548**
Dividendo mínimo obrigatório - JCP	50.429	48.137
JCP adicionais propostos	64.662	62.148
Reserva de lucros	86.627	82.263

d) Lucro por ação

	2º Sem/2023	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do período	98.756	212.336	202.682
Número de Ações	2.728.177.414	2.728.177.414	2.728.177.414
Lucro por ação (R$)	0,03620	0,07783	0,07429

13 - Desdobramento das contas de resultado

a) Resultado de aplicações interfinanceiras, títulos e valores mobiliários e câmbio

	2º Sem/2023	31/12/2023	31/12/2022
RENDAS DE TÍTULOS DE RENDA FIXA	136.989	290.555	180.737
RENDAS DE APLICAÇÕES EM FUNDOS DE INVESTIMENTO	7.331	14.574	20.252
LUCROS/(PREJUÍZOS) COM TÍTULOS DE RENDA FIXA	528	852	498
REVERSÃO/(PROVISÃO) P/ DESVALORIZAÇÃO DE TÍTULOS	4.422	(6.464)	(3.518)
	149.270	**299.517**	**197.969**

b) Operações de empréstimos, cessões e repasses

	2º Sem/2023	31/12/2023	31/12/2022
DESPESAS DE EMPRÉSTIMOS NO EXTERIOR	20.638	48.407	45.890
DESPESAS DE REPASSES - BNDES	16.767	45.467	47.448
DESPESAS DE REPASSES - FUNGETUR	9.346	21.993	40.323
DESPESAS DE REPASSES – FINEP	2.275	4.307	3.820
DESPESAS DE REPASSES - FINAME	397	1.168	1.185
DESPESAS DE REPASSES - OUTROS	2.822	5.525	5.454
TOTAL	**52.245**	**126.867**	**144.120**

c) Receitas de prestação de serviços e tarifas bancárias

	2º Sem/2023	31/12/2023	31/12/2022
Receitas de prestação de serviços	27.372	54.106	46.642
Rendas de tarifas bancárias	6.901	16.234	21.854
Total	**34.273**	**70.340**	**68.496**

d) Despesas de pessoal

	2º Sem/2023	31/12/2023	31/12/2022
Proventos	(15.122)	(29.781)	(28.163)
Encargos sociais	(5.673)	(10.929)	(9.939)
Benefícios	(4.459)	**(8.661)**	**(7.679)**
Honorários de diretores e conselheiros	(2.214)	(3.840)	(2.600)
Treinamento	(282)	(415)	(404)
Estagiários	(326)	(578)	(237)
Total	**(28.076)**	**(54.204)**	**(49.022)**

e) Outras despesas administrativas

	2º Sem/2023	31/12/2023	31/12/2022
Serviços técnicos especializados[b]	(13.539)	(19.810)	(6.655)
Processamentos de dados[a]	(10.780)	(18.919)	(10.948)
Outras (legais e judiciais, copa, cozinha, limpeza, etc.)[c]	(5.855)	(8.953)	(3.671)
Contribuições filantrópicas	(4.500)	(4.500)	(2.100)
Patrocínios e relações públicas[d]	(915)	(1.752)	(1.917)
Manutenção e conservação de bens	(944)	(1.688)	(1.448)
Serviços de terceiros	(533)	(979)	(1.802)
Serviços do sistema financeiro[e]	(408)	(803)	(1.947)
Transporte	(372)	(735)	(777)
Materiais de Escritório	(300)	(578)	(258)
Propaganda e publicidade[d]	(465)	(493)	(1.162)
Amortização	(306)	(465)	(318)
Depreciação	(218)	(443)	(476)
Vigilância e segurança	(166)	(322)	(273)
Publicações	(101)	(318)	(204)
Comunicações	(150)	(305)	(226)
Água, energia e gás	(156)	(285)	(190)
Viagem no país	(77)	(229)	(181)
Seguros	(42)	(83)	(78)
Viagem ao Exterior	-	-	(212)
	(39.827)	**(61.660)**	**(34.843)**

(a) Aumento com as equipes de apoio aos sistemas legados R$ 17.162 (R$ 10.002 em 2022).

(b) Aumento com honorários advocatícios com contratação de escritórios terceirizados R$ 10.175 (R$ 603 em 2022).

(c) Aumento com despesas custas legais e judiciais em ações de cobrança R$ 7.928 (R$ 2.570 em 2022).

(d) As despesas com publicidade e patrocínio estão em conformidade com o limite previsto no artigo 93, da nº 13.303, de 30 de junho de 2016.

(e) Contempla o montante de R$ 88 (R$ 1.340 em 2022), relativo ao pagamento de tarifas associadas a captação de recursos externos.

f) Despesas tributárias

	2º Sem/2023	31/12/2023	31/12/2022
CONTRIBUIÇÃO AO COFINS	(11.662)	(23.897)	(18.058)
CONTRIBUIÇÃO AO PIS	(1.895)	(3.883)	(2.934)
ISSQN	(925)	(1.959)	(2.093)
IPTU	(415)	(696)	(277)
OUTRAS	-	(21)	(87)
TOTAL	**(14.897)**	**(30.456)**	**(23.449)**

g) Outras receitas operacionais

	2º Sem/2023	31/12/2023	31/12/2022
Variação Cambial s/empréstimo no exterior	134	10.913	10.973
Recuperação de despesas [1]	6.113	6.848	2.582
Reversão Despesas Administrativas	531	928	681
Laudos de avaliação de bens	86	188	134
Outras	33	54	105
Ajuste valor de mercado s/ empréstimo no exterior	-	-	1.565
Reversão provisão perdas por redução ao valor recuperável de ativos	-	-	751
TOTAL	**6.897**	**18.931**	**16.791**

[1] Refere-se ao ressarcimento de custas processuais e consultas de análise de crédito efetuados pelos Fundos Especiais de Financiamento e Investimento do Estado de São Paulo administrados pela Desenvolve SP.

14 - Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

a) Reconciliação do imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

	2º sem/2023		31/12/2023		31/12/2022	
	IRPJ	**CSLL**	**IRPJ**	**CSLL**	**IRPJ**	**CSLL**
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	136.579	136.579	294.186	294.186	282.557	282.557
Participação dos empregados	(3.104)	(3.104)	(4.745)	(4.745)	(4.288)	(4.288)
Resultado após a participação dos empregados	133.475	133.475	289.441	289.441	278.269	278.269
Alíquotas vigentes	**25%**	**20%**	**25%**	**20%**	**25%**	**20,43%**
Imposto de Renda e Contribuição Social às alíquotas vigentes	**(33.371)**	**(26.695)**	**(72.362)**	**(57.888)**	**(69.568)**	**(56.853)**
Adições	(29.112)	(23.210)	(55.651)	(44.361)	(29.675)	(24.136)
Exclusões	6.295	5.027	11.354	9.064	5.615	4.569
Incentivos Fiscais	4.556	-	4.577	-	2.164	-
Prorrogação de licença maternidade	34	-	34	-	69	-
Juros sobre capital próprio	13.187	10.549	28.773	23.018	27.571	22.532
Imposto de Renda e CSLL corrente	**(38.411)**	**(34.329)**	**(83.275)**	**(70.167)**	**(63.824)**	**(53.888)**
Ativo Fiscal Diferido líquido	21.153	16.922	42.470	33.976	23.467	18.773
Passivo fiscal diferido liquido	(30)	(24)	(61)	(48)	(64)	(51)
Imposto de Renda e CSLL diferido	**21.123**	**16.898**	**42.409**	**33.928**	**23.403**	**18.722**
Imposto de Renda e Contribuição Social do Período	**(17.288)**	**(17.431)**	**(40.866)**	**(36.239)**	**(40.421)**	**(35.166)**

b) Créditos e Obrigações Tributárias Diferidas

Os créditos e obrigações tributárias diferidas referentes ao Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, foram constituídos sobre diferenças temporárias entre o resultado contábil e fiscal, aplicando-se alíquota de 45%, conforme apresentado a seguir:

Diferenças Temporárias	Saldo em 31/12/2022	Baixa	Constituição	Saldo em 31/12/2023
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	102.260	(11.863)	75.074	165.471
Rendas de atraso	5.494	(2.325)	10.314	13.483
Provisões para desvalorização de títulos livres	2.489	(2.102)	5.007	5.394
Provisões para despesas administrativas	2.458	(1.534)	3.576	4.500
Provisões para desvalorização de BNDU	548	-	375	923
Provisões para passivos contingentes	854	(136)	61	779
Provisões para outros créditos	7	(1)	-	6
Total dos créditos tributários diferidos	**114.110**	**(17.961)**	**94.407**	**190.556**
Diferença entre as depreciações contábil e fiscal	(2.116)	-	(109)	(2.225)
Total das obrigações tributárias diferidas	(2.116)	-	(109)	(2.225)

A expectativa de realização dos créditos foi baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico, examinado pelo Conselho Fiscal e aprovado pelos Órgãos da Administração, de acordo com a Resolução CMN n° 4.842, de 30 de julho 2020 (em função da publicação da Lei nº 14.467, de 16 de novembro de 2022, os créditos inadimplidos em 31 de dezembro de 2024, serão deduzidos a partir de abril de 2025, à razão de 1/36 (um trinta e seis avos) para cada mês do período de apuração), conforme demonstrado a seguir:

	2024	2025	2026	2027	2028	Acima de 2028	Total
Valor nominal	104.458	29.796	21.272	19.260	6.746	9.024	**190.556**
Valor presente	95.613	25.136	16.540	13.802	4.456	4.795	**160.342**

O valor presente dos créditos tributários foi obtido descontando-se os valores futuros pela expectativa da taxa SELIC do período.

Neste semestre, não foram gerados créditos tributários não ativados.

15 - Transações com partes relacionadas

A Instituição tem como acionista majoritário o Estado de São Paulo com 99,998% das ações.

As transações com partes relacionadas são efetuadas em conformidade com a Resolução CMN nº 4.693, de 29 de outubro de 2018, e com normativo da instituição que dispõe sobre essa matéria.

No exercício, foram realizadas as seguintes transações com partes relacionadas:

COMPANHIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO ESTADO DE SÃO PAULO - PRODESP – A empresa foi contratada para prestação de serviços de consultoria, desenvolvimento e manutenção de sistemas em plataforma WEB e BI. No exercício de 2022, foram registrados no ativo intangível o valor de R$2.311 (R$ 0 em 2023) referente ao desenvolvimento do sistema GFESP – Gestão de Fundos do Estado de São Paulo. Outros serviços referentes à hospedagem de servidores externos e comunicação de dados foram levados à despesa no valor de R$4.794 (R$3.605 em 2022), serviços de publicidade legal de todos os atos de interesse da Instituição R$158 (R$97 em 2022), serviços de consultoria, desenvolvimento e manutenção de sistemas em plataforma WEB e portal corporativo R$4.783 (R$2.351 em 2022) e serviços de locação de notebooks com fornecimento de software, peças de reposição e instalação, incluindo os serviços de teleatendimento técnico em manutenção "*on site*" R$1.894 (R$856 em 2022).

AGÊNCIA PAULISTA DE PROMOÇÃO DE INVESTIMENTOS E COMPETITIVIDADE – INVEST SÃO PAULO – A empresa foi contratada para prestação de serviços de consultoria referente ao desenvolvimento de projetos e oportunidade de negócios. No exercício de 2022, as despesas totalizaram R$1.001 (R$ 0 em 2023).

INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO S.A. – IPT – A empresa foi contratada para prestação de serviços técnicos de avaliação e acompanhamento de projetos de inovação tecnológica. No exercício de 2023, as despesas totalizaram R$251 (R$37 em 2022).

FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS – SEADE – A empresa foi contratada para prestação de serviços técnicos especializados associados à atualização do estudo de identificação de setores estratégicos no Estado de São Paulo. No exercício de 2023, as despesas totalizaram R$42.

	Desenvolve SP				
	31/12/2023				
	PRODESP	INVEST SP	IPT	SEADE	TOTAL
Ativo					
Intangível	-				-
De 01/01 a 31/12/2023					
Resultados					
Serv. Consultoria, Desenvolvimento e Manutenção de sistemas em plataforma WEB e portal corporativo	(4.783)				**(4.783)**
Serv. Hospedagem de serviço externo	(4.794)				**(4.794)**
Serv. Locação de Notebooks e fornecimentos de Software	(1.102)				**(1.102)**
Serv. Plataforma de colaboração e produtividade	(792)				**(792)**
Serv. Publicidade Legal	(158)				**(158)**
Consultoria desenvolvimento de projetos e oportunidade de negócios					
Serv. Técnico Especializado de avaliação e acompanhamento de projetos de inovação			(251)		**(251)**
Serv. Técnico especializado associados à atualização do estudo de identificação de setores estratégicos				(42)	**(42)**
Coparticipação de despesas médicas					**0**
Total	(11.629)	-	(251)	(42)	**(11.922)**

	Desenvolve SP				
	31/12/2022				
	PRODESP	INVEST SP	IPT	SEADE	TOTAL
Ativo					
Intangível	2.311				**2.311**
De 01/01 a 31/12/2022					
Resultados					
Serv. Consultoria, Desenvolvimento e Manutenção de sistemas em plataforma WEB e portal corporativo	(2.351)				**(2.351)**
Serv. Hospedagem de serviço externo	(3.605)				**(3.605)**
Serv. Locação de Notebooks e fornecimentos de Software	(551)				**(551)**
Serv. Plataforma de colaboração e produtividade	(305)				**(305)**
Serv. Publicidade Legal	(97)				**(97)**
Consultoria desenvolvimento de projetos e oportunidade de negócios		(1.001)			**(1.001)**
Serv. Técnico Especializado de avaliação e acompanhamento de projetos de inovação			(37)		**(37)**
Serv. Técnico especializado associados à atualização do estudo de identificação de setores estratégicos					-
Coparticipação de despesas médicas					**0**
Total	(6.909)	(1.001)	(37)	-	**(7.947)**

Os custos com o pessoal-chave da Instituição, formado pelos Superintendentes, Conselho de Administração, Diretoria, Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria foram:

	2º Sem/2023	31/12/2023	31/12/2022
Benefícios de Curto Prazo	**11.260**	**18.106**	**13.526**
Superintendentes	8.605	13.554	10.412
Diretoria [(a)]	1.099	1.809	1.320
Conselho de Administração [(a)]	717	1.305	792
Comitê de Auditoria	503	977	671
Conselho Fiscal	336	461	331
Outros Benefícios de Longo Prazo	**165**	**317**	**224**
Diretoria	165	317	224
TOTAL	**11.425**	**18.423**	**13.750**

[(a)] Os valores relativos à remuneração dos administradores seguem as premissas e diretrizes constantes na Política de Remuneração de Administradores da Instituição.

16 - Contingências

Conforme CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, as ações com os riscos avaliados em provável foram provisionadas, conforme abaixo:

Natureza	31/12/2022	Baixa	Constituição	31/12/2023
Trabalhista	973	(91)	86	968
Cível	921	(210)	48	759
Total	**1.894**	**(301)**	**134**	**1.727**

Não são reconhecidos contabilmente os montantes envolvidos em ações classificadas com risco de perda possível, cujos valores totais estimados são:

Natureza	31/12/2023	31/12/2022
Trabalhista	414	467
Cível	1.076	1.109
Total	**1.490**	**1.576**

A Instituição não possui contingências ativas que requeiram divulgação em notas explicativas.

17 - Segmentação do Sistema Financeiro Nacional (SFN)

A Resolução nº 4.553, de 30 de janeiro de 2017, do Conselho Monetário Nacional (CMN), estabeleceu a segmentação do conjunto das instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), para fins de aplicação proporcional da regulação prudencial.

Desta forma, a aplicação proporcional da regulação prudencial deve considerar o segmento em que a instituição está enquadrada e o seu perfil de risco.

Para o enquadramento das instituições em cada segmento, foram considerados o porte e a atuação internacional de cada uma.

A Instituição está enquadrada no Segmento 4 (S4), por possuir porte inferior a 0,1% (um décimo por cento) do Produto Interno Bruto (PIB).

18 - Declaração de Apetite por Riscos (RAS)

A alta administração aprovou a RAS da instituição, que descreve os riscos relevantes incorridos pela Desenvolve SP e os níveis de apetite por esses riscos.

19 - Integração entre os riscos

A integração se dá entre os riscos relevantes (riscos de crédito, operacional, de liquidez e socioambiental e climático).

A partir de janeiro de 2022, o risco de variação das taxas de juros para os instrumentos classificados na carteira bancária, representado pelo IRRBB, passou a ser considerado, também, como um risco relevante. Esse risco é calculado segundo metodologia disposta pelo Bacen.

20 - Estrutura de gerenciamento de riscos e de capital

O Relatório de Pilar 3 - Descrição da Estrutura de Gerenciamento Contínuo e Integrado de Riscos e Gerenciamento Contínuo de Capital está disponível no endereço, no site da Instituição.

Gestão de Riscos

a) Estrutura Organizacional

O gerenciamento contínuo e integrado de riscos e o gerenciamento contínuo de capital é realizado pela Superintendência de Controle de Riscos, *Compliance* e Normas (Suric), por meio da Gerência de Controle de Riscos (Geric.1).

A Suric é uma unidade independente, ligada diretamente à Presidência.

b) Estrutura de Sistemas

O sistema interno abrange todas as fontes relevantes e consistentes de riscos e possibilita a identificação, mensuração, avaliação, o monitoramento, reporte, controle e mitigação dos riscos considerados relevantes e não relevantes, conforme definidos na RAS, a fim de manter o capital compatível com esses riscos.

c) Validação de Sistemas

Mensalmente, são realizados testes de avaliação e validação dos sistemas, modelos e procedimentos internos utilizados para o gerenciamento de riscos.

21 - Políticas de gerenciamento de riscos e de capital

O Manual de Gerenciamento Contínuo e Integrado de Riscos e Gerenciamento Contínuo de Capital é revisado no mínimo anualmente e submetido para aprovação da Diretoria Colegiada e do Conselho de Administração.

Esse Manual contém a RAS, as Políticas de Gerenciamento de Riscos e de Capital, o Programa de Testes de Estresse e a Política de Divulgação de Informações relativas ao gerenciamento de riscos e de capital.

a) Risco de Crédito

A gestão do crédito é definida como sendo a implementação e administração dos princípios de crédito, e está segregada da seguinte forma:

- A Superintendência de Crédito (Sucre) é a unidade responsável pela implementação dos procedimentos da Política de Crédito da Instituição;
- Superintendência Jurídica (Sujur): por meio da Gerência de Cobrança e Recuperação (Gejur.2), é responsável pelos procedimentos de cobrança e recuperação de créditos, inclusive dos créditos baixados em prejuízo, e pelos procedimentos para documentação e armazenamento de informações referentes às perdas associadas ao risco de crédito, inclusive aquelas relacionadas à recuperação de crédito;
- Superintendência de Suporte ao Negócio (Susup): por meio da Gerência de Suporte à Operação (Gesup.2), efetua a avaliação periódica do grau de suficiência das garantias de recebíveis.

A gestão do risco de crédito envolve a modelagem estatística dos dados históricos da carteira de crédito da instituição e do mercado de crédito brasileiro para pessoas jurídicas, para cálculo de projeções futuras e validação dos sistemas, a fim de verificar a aderência dos processos de gestão do crédito.

A gestão do risco de crédito está a cargo da Suric.

O valor referente à alocação de capital para o risco de crédito corresponde ao valor da parcela RWA_{CPAD}, calculada em consonância com a regulamentação em vigor.

b) Risco Operacional

A metodologia utilizada para o mapeamento, avaliação, monitoramento, controle e mitigação do risco operacional é a descrita na Política de Conformidade e Controles Internos, aprovada pela Diretoria Colegiada e pelo Conselho de Administração da Instituição.

O valor referente à alocação de capital para o risco operacional é apurado por meio do cálculo da parcela RWA_{OPAD}, conforme metodologia determinada pelo Bacen.

A metodologia utilizada é a da Abordagem do Indicador Básico.

c) Risco de Liquidez

A Desenvolve SP realiza os procedimentos para o controle de liquidez diariamente.

O Plano de Contingência de Liquidez foi aprovado pela Diretoria Colegiada e pelo Conselho de Administração e faz parte da Política de Gerenciamento do Risco de Liquidez.

d) Risco Socioambiental e Climático

A Política de Gerenciamento dos Riscos Social, Ambiental e Climático (PGRSAC) estabelece critérios, do ponto de vista socioambiental e climático, para concessão de crédito, avaliação de garantias e contratações administrativas.

O Sistema de Administração de Riscos Ambientais, Sociais e Climáticos (Sarasc) da Desenvolve SP consiste em uma série de procedimentos que deverão ser inseridos nas rotinas de cadastro, concessão de crédito, contratações administrativas, avaliação de garantias e renegociações.

e) Risco de Mercado

A estrutura de gerenciamento do risco de mercado prevê sistemas que consideram todas as fontes significativas desse risco e utilizam dados confiáveis de mercado, tanto internos quanto externos.

Considerando que:

(i) a carteira da Instituição é composta pelas operações de crédito e pelos recursos da tesouraria e, além disso, que essa carteira é bancária, isto é, não classificada na carteira de negociação;

(ii) o Bacen impôs às instituições enquadradas no S4 a adoção de metodologia de cálculo para o IRRBB, a partir de janeiro de 2022;

(iii) o valor do IRRBB é obtido por meio de choques (metodologia padronizada) à carteira da instituição, resultando em valores que aumentam à medida que aumenta a carteira da instituição; passamos a considerar o IRRBB como um risco relevante.

O IRRBB não engloba o Montante dos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA). No entanto, reduz a margem para alavancagem da instituição. Deve, portanto, ser apurado de forma complementar às necessidades de capital e controlado em função da margem de alavancagem da instituição.

Em suma, esse risco é gerenciado, monitorado e reportado à alta administração, a fim de estimar PR compatível com os riscos assumidos pela instituição.

f) Gerenciamento de Capital

A estrutura de gerenciamento de capital possibilita a avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita.

A Diretoria Colegiada e o Conselho de Administração aprovaram o Plano de Capital, que é consistente com o Planejamento Estratégico da Instituição, e o Plano de Contingência de Capital.

São projetados, para o período de três anos, todos os índices de capital, de forma a possibilitar a avaliação da adequação de capital futura.

22 - Política de Divulgação de Informações do Relatório de Pilar 3

A Instituição divulga, anualmente, relatório denominado Relatório de Pilar 3 - Descrição da Estrutura de Gerenciamento Contínuo e Integrado de Riscos e Gerenciamento Contínuo de Capital.

A responsabilidade pela divulgação do Relatório de Pilar 3 é do Diretor Presidente, responsável pelo gerenciamento de riscos e de capital da Instituição.

A tabela a ser disponibilizada é a OVA - Visão geral do gerenciamento de riscos da Instituição, em formato flexível, conforme norma do Bacen.

A responsabilidade pela produção das informações é da Suric.

23 - Relatório de Riscos e Oportunidades Sociais, Ambientais e Climáticas (GRSAC)

O Relatório de Riscos e Oportunidades Sociais, Ambientais e Climáticas (GRSAC) tem a finalidade de descrever a governança do gerenciamento dos riscos social, ambiental e climático, considerando o papel do Conselho de Administração, da Diretoria Colegiada e do Diretor responsável pelo gerenciamento de riscos da instituição, na identificação, mensuração, avaliação, no monitoramento, reporte, controle e na mitigação dos riscos social, ambiental e climático, conforme disposto na Resolução nº 4.557, de 23 de fevereiro de 2017, do Conselho Monetário Nacional (CMN).

O Relatório GRSAC tem periodicidade anual, sendo representado pela Tabela GVR: Governança do gerenciamento dos riscos social, ambiental e climático, conforme determinado pelo Bacen.

24 - Programa de testes de estresse

O Programa de Testes de Estresse abrange os riscos relevantes, conforme definido na RAS da instituição.

25 - Relatórios

A Diretoria Colegiada e o Conselho de Administração recebem, mensalmente, relatórios gerenciais versando sobre o gerenciamento de riscos e de capital.

Além disso, trimestralmente ou tempestivamente, caso seja necessário, é apresentado a esses órgãos o Relatório de Gestão de Riscos e de Capital.

26 - Limites Operacionais

As Resoluções nº 4.955 e 4.958, de 21 de outubro de 2021, do Conselho Monetário Nacional, norteiam os cálculos para o requerimento de capital compatível com o risco das atividades desenvolvidas pelas instituições financeiras.

No âmbito de Basileia III, foram definidas regras para garantir a compatibilidade do capital da instituição com os riscos de mercado, crédito, liquidez e operacional.

Na Desenvolve SP, o cálculo das parcelas referentes ao requerimento de capital para suportar esses riscos é efetuado com base nos modelos padronizados, divulgados pelo Bacen.

Importante observar que a Desenvolve SP destaca valor de seu PR para operações de crédito com o setor público. Esse valor, somado ao excesso de recursos aplicados no ativo permanente, é descontado de seu Patrimônio de Referência, para o cálculo dos índices de adequação de capital. Esse PR usado para o cálculo dos índices de adequação de capital é o PRRWA (Patrimônio de Referência para o Limite de Basileia).

O PR da instituição é constituído somente pelo Capital de Nível I, que, por sua vez, é constituído somente pelo Capital Principal.

Nesse sentido, a Desenvolve SP encontra-se devidamente enquadrada nos limites operacionais estabelecidos pela regulamentação vigente, conforme espelha o quadro abaixo:

	VALORES EM R$ MIL	
ADEQUAÇÃO DE CAPITAL	**31/12/2023**	**31/12/2022**
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA (PR)	**3.399.908**	**2.376.783**
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA PARA O LIMITE DE BASILEIA (PRRWA)	**3.049.908**	**2.026.783**
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA PARA O LIMITE DE IMOBILIZAÇÃO	3.049.908	2.026.783
EXCESSO DE RECURSOS APLICADOS NO ATIVO PERMANENTE	-	-
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA NÍVEL I (PR_I)	**3.399.908**	**2.376.783**
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA NÍVEL I (PR_II)	-	-
CAPITAL PRINCIPAL	**3.399.908**	**2.376.783**
DESTAQUE DE CAPITAL PARA OPERAÇÕES COM O SETOR PÚBLICO	350.000	350.000
SITUAÇÃO PARA O LIMITE DE IMOBILIZAÇÃO	27.686	29.501
PARCELA RWACPAD - requerimento de capital ref. ao risco de crédito - abordagem padronizada	2.970.050	2.317.789
PARCELA RWAMRAD - requerimento de capital ref. ao risco de mercado - abordagem padronizada	4.918	216
PARCELA RWACPAD - requerimento de capital ref. ao risco de operacional - abordagem padronizada	700.143	447.967
IRRBB - risco de variação das taxas de juros em instrumentos classificados na carteira bancária	126.721	102.507
RWA - ATIVOS PONDERADOS PELO RISCO (RWACPAD + RWAMPAD + RWAOPAD)	**3.675.111**	**2.765.971**
MARGEM OU INSUFICIÊNCIA DO LIMITE DE IMOBILIZAÇÃO	1.497.267	983.891
ADICIONAL DE CAPITAL PRINCIPAL (ACP): 2,5% a partir de 01/04/2022	**91.878**	**69.149**
MARGEM SOBRE O PR, CONSIDERANDO IRRBB E ACP	**2.537.300**	**1.633.849**
ÍNDICE DE BASILEIA (mínimo Bacen = 10,5%, considerando ACP)	**82,99%**	**73,28%**
ÍNDICE DE NÍVEL I (mínimo = 6%)	**82,99%**	**73,28%**
ÍNDICE DE CAPITAL PRINCIPAL (mínimo = 4,5%)	**82,99%**	**73,28%**

27 - Análise de sensibilidade

A Desenvolve SP classifica todas as operações da instituição, de crédito e de tesouraria, na carteira bancária, isto é, não possui operações classificadas na carteira de negociação, que é aquela formada pelos instrumentos, inclusive derivativos, mantidos com finalidade de negociação e que atendam às seguintes condições: (i) estejam livres de impedimento legal para venda; e (ii) sejam avaliados diariamente pelo valor de mercado, conforme critérios definidos pela regulamentação em vigor.

Desta forma, a realização de testes de estresse abrange os instrumentos da carteira bancária, sujeitos ao risco de variação de taxas de juros.

Um dos testes consiste em verificar, por meio de choques paralelos nas curvas de juros, qual seria a perda do PRRWA (Patrimônio de Referência para o Limite de Basileia).

Esses testes são realizados para as exposições da carteira ativa e da carteira passiva. O resultado é espelhado no quadro abaixo, já considerando as exposições líquidas, para a data do último dia útil do exercício:

ANÁLISE DE SENSIBILIDADE - CARTEIRA BANCÁRIA			
REDUÇÃO DO PRrwa (PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA PARA O LIMITE DE BASILEIA), EM PERCENTUAL, DEVIDO A CHOQUES PARALELOS NAS CURVAS DE JUROS			
FATORES DE RISCO DA CARTEIRA	**CENÁRIO 1**	**CENÁRIO 2**	**CENÁRIO 3**
Taxa de Juros Pré - Fixada	0,1171%	0.2734%	0.4929%
Cupom de taxa de juros - TJLP	-0,0006%	-0.0015%	-0,0031%
Cupom de taxa de juros - TLP	0,0001%	0.0011%	0.0046%
Cupom de índice de preço - IPCA	0,0577%	0,1376%	0,2553%
Cupom de índice de preço - IPC-FIPE	0,0086%	0.0208%	0,0397%
Cupom de índice de preço - INPC	0,0044%	0,0103%	0,0188%
Cupom de taxa de juros - TR	0,0087%	0.0204%	0,0375%
Fundos de Investimento de Renda Fixa	0,0001%	0.0002%	0,0004%

Nota: o PR utilizado é o Patrimônio de Referência para o Limite de Basiléia (PRRWA) -

Cenário 1: Estimativa de perda do PRRWA, relacionada à redução do valor de mercado das operações de crédito e de tesouraria, por meio de choques paralelos nas curvas de juros, correspondentes a 2 pontos percentuais.

Cenário 2: Estimativa de perda do PRRWA, relacionada à redução do valor de mercado das operações de crédito e de tesouraria, por meio de choques paralelos nas curvas de juros, correspondentes a 5 pontos percentuais.

Cenário 3: Estimativa de perda do PRRWA, relacionada à redução do valor de mercado das operações de crédito e de tesouraria, por meio de choques paralelos nas curvas de juros, correspondentes a 10 pontos percentuais.

28 - Outras informações

Resultados recorrentes/não recorrentes

	2º sem/2023			31/12/2023			31/12/2022		
	Resultado Recorrente	**Resultado não Recorrente**	**Total**	**Resultado Recorrente**	**Resultado não Recorrente**	**Total**	**Resultado Recorrente**	**Resultado Não Recorrente**	**Total**
RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	316.957	-	316.957	640.715	-	**640.715**	541.523	-	**541.523**
DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	(136.227)	-	(136.227)	(286.140)	-	**(286.140)**	(237.324)	-	**(237.324)**
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	180.730	-	180.730	354.575	-	**354.575**	304.199	-	**304.199**
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS (1)	(43.227)	-	(43.227)	(59.476)	-	**(59.476)**	(22.278)	-	**(22.278)**
RESULTADO OPERACIONAL	137.503	-	137.503	295.099	-	**295.099**	281.921	-	**281.921**
RESULTADO NÃO OPERACIONAL (1)	(826)	(98)	(924)	(815)	(98)	**(913)**	488	148	**636**
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES	136.677	(98)	136.579	294.284	(98)	**294.186**	282.409	148	**282.557**
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (2)	(34.763)	44	(34.719)	(77.149)	44	**(77.105)**	(75.520)	(67)	**(75.587)**
PARTICIPAÇÕES NO LUCRO	(3.104)	-	(3.104)	(4.745)	-	**(4.745)**	(4.288)	-	**(4.288)**
	98.810	**(54)**	**98.756**	**212.390**	**(54)**	**212.336**	**202.601**	**81**	**202.682**

Resultados não recorrentes:

(1) Referem-se a:
2023: prejuízo na alienação de imóveis recebidos em dação de pagamentos (R$98)
2022: lucro na alienação de imóveis recebidos em dação de pagamentos (R$148).

(2) Referem-se a:
2023: efeito dos tributos sobre o prejuízo na alienação de imóveis recebidos em dação de pagamentos (R$44)
2022: efeito dos tributos sobre o lucro na alienação de Imóveis recebidos em dação de pagamentos (R$67).

29 – Plano de implementação da Resolução CMN nº 4.966/21

A Instituição constituiu um Grupo de Trabalho (GT) com os membros da Superintendência Contábil, Superintendência de Controles de Riscos, Compliance e Normas, Superintendência Financeira e Superintendência de Crédito a fim de analisar e implementar as disposições contidas na Resolução CMN nº 4.966.

De acordo com o entendimento obtido, foram levantados os principais pontos de atenção, para os quais deve haver plano de ação específico:

- Elaboração do Modelo de Negócios;
- Teste de SPPI (Somente Pagamento de Principal e Juros);
- Metodologia para cálculo do valor justo;
- Metodologia para apuração da taxa efetiva;
- Definição de critérios para identificação de ativos problemáticos;
- Definição de renegociação e reestruturação de operações de crédito;
- Metodologia de critérios para baixa de operações de crédito para prejuízo; e
- Adequações nos relatórios internos para contemplar operações de *hedge*.

Atualmente a instituição utiliza módulos que compõem a solução Sinqia Bancos e, de acordo com os principais pontos de atenção, os maiores impactos previstos ocorrerão nos módulos: Empréstimo, Renda Fixa, Contabilidade e *Compliance & Risk*.

A Instituição está enquadrada no segmento 4 (S4) do Sistema Financeiro Nacional e devem utilizar metodologia simplificada de apuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito.

Devido à complexidade na implementação da norma, a Instituição contratou uma consultoria especializada no assunto, visando o mapeamento, construção de propostas de políticas, metodologias, especificação de sistemas e de processos.

O prazo para conclusão é 31 de dezembro de 2024. No primeiro semestre de 2024 está previsto a fase de definição de modelos, políticas, processos e desenvolvimento de sistemas, ficando para o segundo semestre de 2024 a realização de testes em paralelo.

30 – Eventos Subsequentes

Não ocorreram eventos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de autorização para a sua conclusão.

DIRETORIA COLEGIADA

Ricardo Dias de Oliveira Brito – Diretor Presidente
Karen Kemely Mussi Mhereb – Diretora Financeira e de Crédito
Gustavo José Melo Santos - Diretor de Negócios e Fomento
Flavio Duarte de Oliveira – Diretor Administrativo, de Projetos e Processos

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Jorge Luiz Avila da Silva – Presidente do Conselho de Administração
Carlos Augusto Jatahy Duque-Estrada Júnior
Cristiano Bonfim da Cruz
Diego Allan Vieira Domingues
Fabrício Rodrigues da Cruz
Francisco Vidal Luna
Jerônimo Antunes
Jorge Tatino Júnior
Luiz Márcio de Souza
Marcelo Diniz de Paula Rocha
Ricardo Dias de Oliveira Brito

COMITÊ DE AUDITORIA

Marcelo Diniz de Paula Rocha – Coordenador do Comitê de Auditoria
Bruno Ribeiro da Rocha
Maurício Pozzobon Martins

CONSELHO FISCAL

Eduardo Aggio de Sá – Conselheiro Fiscal efetivo
Thiago Waltz Alves – Conselheiro Fiscal suplente
Eugenia Cristina Cleto Marolla – Conselheira Fiscal efetiva
Diogo Colombo Braga – Conselheiro Fiscal suplente
Jorge Luiz de Lima – Conselheiro Fiscal efetivo
Thierry Mendes Jorge – Conselheiro Fiscal suplente
Emília Ticami – Conselheira Fiscal efetiva
Roberto Yoshikazu Yamazaki – Conselheiro Fiscal suplente
Juliana Augusto Cardoso – Conselheira Fiscal efetiva
Marcelo Alves de Carvalho – Conselheiro Fiscal suplente

SUPERINTENDÊNCIA CONTÁBIL

Gustavo Carvalho Araujo
Contador CRC 1SP240330/O-0

RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

Março de 2023 a fevereiro de 2024

1. INTRODUÇÃO

1.1 Constituição e Regulamentação do Comitê de Auditoria

O Comitê de Auditoria Estatutário (“Comitê” ou “CAE”) da Desenvolve SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A. (“Desenvolve SP”) foi instituído em novembro de 2012, observados a Resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) no 4.910, de 27 de maio de 2021 e ao artigo 24 do Estatuto Social da instituição. Sua atuação segue, ainda, as regras de funcionamento estabelecidas na Lei no 13.303, de 30 de junho de 2016, no Decreto Estadual no 62.349, de 26 de dezembro de 2016, no Estatuto Social da Desenvolve SP e no seu Regimento Interno, recentemente atualizado e submetido para aprovação junto ao Conselho de Administração.

2. AVALIAÇÃO DA EFETIVIDADE DOS SISTEMAS DE CONTROLES INTERNOS

A Administração é responsável pelo desenho e pela implantação de políticas, procedimentos, processos e práticas de controles internos que assegurem a salvaguarda de ativos, o tempestivo reconhecimento de passivos e a identificação, quantificação e mitigação, em níveis aceitáveis, dos fatores de risco da instituição.

A Auditoria Interna, subordinada ao Conselho de Administração e atuando sob a supervisão do Comitê, é responsável por aferir o grau de atendimento ou observância, por todas as áreas da instituição, dos procedimentos e práticas de controles internos e que estes se encontrem em efetiva aplicação.

A Superintendência de Controle de Riscos, Compliance e Normas (Suric) tem por responsabilidade garantir que os riscos assumidos no desenvolvimento das atividades da instituição estejam em conformidade com os níveis permitidos pelo Banco Central do Brasil e os limites definidos pela Administração, fazendo com que as regras internas e os controles vigentes sejam conhecidos e cumpridos com rigor.

A Auditoria Independente é responsável pelo exames das demonstrações financeiras relativas ao 1º semestre de 2023 e por emitir opinião quanto ao seu preparo consoante às práticas contábeis adotadas no Brasil. Adicionalmente, como resultado de sua avaliação dos controles internos para emissão de opinião sobre as demonstrações financeiras, a Auditoria Independente produz relatório de recomendações sobre práticas contábeis e de controle interno, sem prejuízo de outros relatórios que também deva preparar.

Cabe ao Comitê assessorar o Conselho de Administração na avaliação da qualidade e da efetividade das Auditorias Interna e Independente e quanto à qualidade e a suficiência dos sistemas de controles interno e das demonstrações financeiras.

Visando mitigar os riscos de crédito, conforme indícios de fraudes identificados em 2022, bem como a reincidência de casos, foram promovidas diversas melhorias nos processos e controles internos, tais como, (i) alterações na política de crédito e de prevenção à lavagem de dinheiro e combate ao financiamento do terrorismo, de modo a impedir a concessão de crédito a empresas com características societárias às observadas em operações com indícios de fraudes e detalhar a documentação necessária para eventuais mandatários envolvidos; (ii) implementação de política de visitas, abrangendo diretrizes específicas às prospecções do Programa Crédito Digital; (iii) contratação de ferramentas que visam auxiliar na prevenção a fraudes durante as etapas da esteira de crédito, com consulta faturamento via Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro) e solução Serasa Verify ID e (iv) aplicação de treinamento sobre prevenção a fraudes aos funcionários da instituição.

Cabe observar que o montante apurado não implica “relevância” mencionada no dispositivo da Resolução CMN n° 4.910, artigo 13 e incisos, comparado ao Patrimônio de Referência, portanto, sem impactos ao equilíbrio e sustentabilidade da Desenvolve SP.

Em 06/12/2023 foi enviada a Carta Comitê de Auditoria nº 001/2023 ao Banco Central do Brasil com o relato sobre os fatos.

Em que pese o apontamento acima, no que tange ao montante mencionado e aos riscos inerentes do negócio, os controles internos atuaram satisfatoriamente.

Portanto, baseado nas informações trazidas ao seu conhecimento, o Comitê registra como adequada a atuação da Administração da Desenvolve SP com vistas a garantir a efetividade dos sistemas de controles internos e de gerenciamento de riscos da instituição. Considera, ainda, que as atribuições e responsabilidades, assim como os procedimentos relativos à avaliação e ao monitoramento dos riscos legais estão definidos e estão sendo praticados de acordo com as orientações corporativas.

3. AVALIAÇÃO DA EFETIVIDADE DAS AUDITORIAS INDEPENDENTE E AUDITORIA INTERNA

O Comitê mantém um canal regular de comunicação com os auditores internos e com os auditores independentes, permitindo ampla discussão dos resultados de seus trabalhos, dos aspectos contábeis e de controles internos relevantes e, em decorrência, avalia como satisfatório o volume e a qualidade das informações fornecidas por esses profissionais, os quais apoiam sua opinião acerca da adequação e integridade dos sistemas de controles internos e das demonstrações financeiras. Ademais, não foram identificadas situações que pudessem afetar a objetividade e a independência dos auditores independentes e a autonomia dos auditores internos.

O Comitê acompanhou as atividades realizadas por ambas as auditorias e os resultados desses trabalhos não trouxeram ao seu conhecimento a existência de riscos residuais que possam afetar a solidez e a continuidade da instituição. Em decorrência, o Comitê avalia positivamente a cobertura e a qualidade dos trabalhos realizados pela Auditoria Interna e pela Auditoria Independente no período em tela, concernentes às avaliações dos procedimentos e práticas de controles internos da instituição e auditoria das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Com relação aos trabalhos da Auditoria Interna, o Comitê revisou o planejamento e os trabalhos realizados, bem como os relatórios produzidos, verificando e acompanhando as recomendações, especialmente nas áreas de crédito, riscos e controles internos, além de demandas específicas durante o período. O Comitê entendeu que os trabalhos da Auditoria Interna foram realizados de forma adequada e com qualidade apropriada ao longo do período.

O Comitê discutiu com os Auditores Independentes os resultados dos trabalhos realizados no período e as suas conclusões sobre a auditoria das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, cujo relatório apresenta opinião sem ressalvas.

Os principais pontos discutidos com os Auditores Independentes relacionaram-se com as práticas contábeis, recomendações e demais apontamentos nos relatórios de controles internos e riscos e apresentação das demonstrações financeiras e entendeu como adequada a política de independência na execução dos trabalhos.

4. AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Administração é responsável pela definição e implantação de sistemas de informações que produzem as demonstrações financeiras da instituição, em observância à legislação societária, às práticas contábeis e às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Bacen.

O Comitê reuniu-se com os responsáveis pela área de contabilidade para análise dos procedimentos que envolveram o processo de preparação das demonstrações financeiras relativas ao exercício de 2023, das práticas contábeis brasileiras relevantes utilizadas pela instituição na sua elaboração e do cumprimento de normas editadas pelo CMN e Bacen. Foram discutidos e revisados os principais aspectos relativos à sua preparação e apresentação, não se verificando diferenças que pudessem influenciar materialmente a situação econômico-financeira da instituição, conforme indica o relatório dos Auditores Independentes, emitido com opinião sem ressalvas.

Por fim, o Comitê discutiu com os auditores independentes os resultados dos trabalhos e suas conclusões sobre a auditoria das referidas demonstrações financeiras, cujo relatório apresenta opinião sem ressalvas. Os principais pontos discutidos também se relacionaram com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com a obediência às normas do CMN e do Bacen e, ainda, com recomendações e demais apontamentos nos relatórios de controles internos e riscos e com a apresentação das demonstrações financeiras.

O Comitê verificou que as demonstrações financeiras estão em conformidade com as práticas contábeis da legislação societária, bem como às normas do CMN e do Bacen.

5. CONCLUSÕES

Os membros do Comitê de Auditoria, no exercício de suas atribuições e responsabilidades e conforme previsto em seu Regimento do interno, realizaram o exame e análise das demonstrações contábeis, acompanhadas do relatório da BDO Auditores Independentes e do Relatório Anual da Administração relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro 2023.

Considerando as atividades realizadas no período, e as informações recebidas da Administração, da Auditoria Interna, da Auditoria Independente e da área responsável pelo monitoramento corporativo dos controles internos e riscos, conclui que: a) os sistemas de controles internos, a política de conformidade e as estruturas de gerenciamento de riscos e de capital foram efetivos; b) a Auditoria Interna atuou com independência, assim como a natureza, extensão e qualidade dos trabalhos foram satisfatórias; c) as demonstrações financeiras de 31/12/2023 foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas pela legislação societária brasileira e regulamentação do CMN e BACEN, e d) Os auditores independentes atuaram com objetividade e independência e emitiram opinião sem ressalvas sobre referidas demonstrações financeiras.

Em decorrência do acima exposto, o Comitê de Auditoria recomenda a aprovação pelo Conselho de Administração das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 da Desenvolve SP – Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A.

São Paulo, 19 de fevereiro de 2024.

Marcelo Diniz de Paula Rocha
Coordenador

Bruno Ribeiro Da Rocha
Membro Comitê de Auditoria

Maurício Pozzobon Martins
Membro Comitê de Auditoria

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

À Diretoria e Conselho de Diretoria da
Desenvolve SP – Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Desenvolve SP – Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Instituição em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre estas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Conforme mencionado nas Notas Explicativas nos 3 c(ii) e 6e, as demonstrações financeiras incluem provisões para perdas esperadas associadas ao risco de créditos no montante de R$ 257.536 mil, considerando os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99, do pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), que considera a classificação das operações de crédito de acordo com seu risco, sendo "AA" para risco mínimo e "H" para risco máximo, conjugados com os percentuais estabelecidos naquela Resolução. Os níveis de risco são determinados pela metodologia interna, que considera premissas e julgamentos da Desenvolve SP, além dos critérios mínimos previstos na Resolução CMN nº 2682/99.

Devido a relevância das operações de crédito, além das incertezas relacionadas ao processo de à estimativa das provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, consideramos que este é um assunto significativo de auditoria.

Resposta da auditoria ao assunto

Nós atualizamos o nosso entendimento e testamos os controles internos relevantes, relacionados ao processo de provisão para perdas associadas ao risco de crédito, considerando as metodologias de avaliação e classificação dos níveis de risco das operações e de crédito (de AA à H), as principais premissas utilizadas no cálculo e a exatidão das provisões para perdas registradas, além do entendimento dos procedimentos da Administração relacionados ao tema. Efetuamos o recálculo da provisão e, com base em amostragem, avaliamos a aplicação da Resolução CMN nº 2.682/99 e demais normas do BACEN, bem como sua adequada divulgação nas demonstrações financeiras.

Com base em nossos procedimentos executados, obtivemos evidências de auditoria apropriadas e suficientes de que tanto o processo de estimativa da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, quanto os requerimentos de divulgação são razoáveis e consistentes, no contexto de relevância das demonstrações financeiras.

Ativo fiscal diferido

Conforme as Notas Explicativas nº 3(f) e 14(b), a Instituição mantém registrados ativos fiscais diferidos sobre bases negativas de CSLL e diferenças temporárias de IRPJ, no montante de R$ 190.556 mil. O reconhecimento dos referidos ativos fiscais diferidos tem por base, estudo técnico da Administração da Instituição com base na projeção de lucros tributários futuros, o que envolve julgamentos e premissas de natureza subjetiva, conforme requisitos específicos constantes na Resolução CMN nº 4.842, de 30 de julho de 2020.

Devido à relevância do saldo e sua suscetibilidade a alterações em virtude da utilização de diferentes premissas, na projeção futura de lucro tributário, bem como na alteração dos prazos previstos para a realização do ativo fiscal diferido, com consequente impacto contábil, essa é uma área de estimativa crítica e foi definida como principal assunto de auditoria.

Resposta da auditoria ao assunto

Nossos procedimentos consideram o entendimento do processo de apuração e registro nos termos das normas fiscais e contábeis para constituição do ativo fiscal diferido, incluindo a aprovação pelos órgãos de governança da Administração. Com o auxílio dos nossos especialistas da área tributária, analisamos as premissas adotadas e efetuamos o recálculo dos ativos fiscais diferidos. Por fim, analisamos a consistência das premissas críticas utilizadas para a projeção dos resultados, bem como avaliamos o atendimento aos requerimentos da Resolução CMN nº 4.842/2020, incluindo os de divulgação nas demonstrações financeiras.

Com base nas evidências obtidas, consideramos que os critérios e as premissas adotadas pela Administração são aceitáveis, em todos os aspectos relevantes, no contexto das demonstrações financeiras.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o "Relatório da Administração".

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrangem o "Relatório da Administração" e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o "Relatório da Administração" e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de maneira relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de maneira relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no "Relatório da Administração", somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Diretoria e da Governança pelas demonstrações financeiras

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela Governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição;

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria;

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional;

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do semestre corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 21 de fevereiro de 2024

BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 SP 013846/O-1

Alfredo Ferreira Marques Filho
Contador CRC 1 SP 154954/O-3